

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



DO PAPEL PARA A MÃO

A GESTÃO DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS PORTUGUESES

ANTÓNIO JORGE SERAFIM RAMALHO

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

2011

Lisboa

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

DO PAPEL PARA A MÃO
A GESTÃO DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS PORTUGUESES

ANTÓNIO JORGE SERAFIM RAMALHO

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Dissertação orientada pelos Professores Paulo Farmhouse Alberto e
Carlos Guardado da Silva

2011

Lisboa

Para os meus Pais.

AGRADECIMENTOS

Um capítulo importante da minha biografia profissional confunde-se com o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal. Assim, não posso esquecer aquilo que Fátima Lopes, Manuela Vasconcelos, Júlia Ordorica e Almerinda Graça me ensinaram, bem como as sugestões de Armando Jorge Silva e António Braz de Oliveira «grande obreiro do arquivo». Uma palavra de agradecimento ao Professor Jorge Croce Rivera com quem trabalhei no projecto «José Marinho». No âmbito do projecto «Livros de Fronteira», agradeço à Professora Vanda Anastácio, à Dra. Cristina Domingues e à Patrícia Gomes.

Agradeço a discussão de alguns pontos desta dissertação proporcionada pelo Professor Ivo Castro.

Agradeço a todos os colegas do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação que tiveram a bondade de partilhar comigo informações, apontamentos e bibliografia, nomeadamente a António M. Viegas, Isabel Ramalho, Susana Henriques, Rui Cardoso, Ana Matafome e Nelson Pedrosa.

Agradeço a generosidade com que o Dr. David Santos e a Dra. Sílvia de Araújo Igreja me receberam no Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira.

Aos meus orientadores, Paulo Farmhouse Alberto e Carlos Guardado da Silva, agradeço o incentivo e a disponibilidade com que acompanharam este trabalho.

RESUMO

Do papel para a mão: a gestão dos arquivos literários portugueses propõe uma reflexão tripartida acerca da gestão dos espólios literários portugueses. O Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal) e o Museu do Neo-Realismo (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira) são tomados como exemplos representativos. A análise crítica incidirá sobre categorias como valor social, acondicionamento, aquisição e tratamento dos espólios literários portugueses.

PALAVRAS CHAVES

Ciências da Informação- Arquivística- Arquivos Literários- Espólios Literários- Portugal

ABSTRACT

From the paper to the hand: the management of Portuguese literary archives offers a three way meditation about the management of Portuguese literary archives. The Archive of Portuguese Contemporary Culture (National Library of Portugal) and the Neo-Realism Museum (Municipality of Vila Franca de Xira) were adopted as meaningful examples. This assessment will focus on categories such as social value, conditioning, acquisition and processing Portuguese literary archives.

KEY-WORDS

Information Sciences- Archives- Literary Archives- Personal Archives- Portugal

ÍNDICE

Introdução.....	6
1. Para que serve um espólio literário?.....	9
2. Onde se acondiciona um espólio literário?.....	21
3. Como se adquire um espólio literário?.....	38
Conclusão.....	53
Anexos.....	56
Bibliografia.....	67

INTRODUÇÃO

As assinaturas em si tornaram-se indiferentes, também não me interessava a parcela de fama internacional que cabia a um homem ou os prêmios que podiam valorizá-lo; o que eu procurava eram os manuscritos originais, ou esboços de poemas ou de composições, porque o problema da gênese de uma obra de arte, quer do ponto de vista biográfico quer psicológico, me interessava mais do que tudo o resto. Esse segundo misterioso de transição em que um verso, uma melodia, surgindo do invisível, da visão e da intuição de um gênio, entram no domínio terreno através da fixação gráfica, onde melhor se poderá surpreendê-lo, verificá-lo, senão nos manuscritos originais dos mestres, nascidos na luta ou agilmente compostos num estado de transe? Não conhecerei suficientemente um artista se só tiver à minha frente a sua obra acabada, e subscrevo as palavras de Goethe, segundo as quais, para compreendermos inteiramente as grande criações, não basta vê-las só no seu estado perfeito, temos de surpreendê-las também à medida que se vão constituindo¹.

Em *O Mundo de Ontem*, o extraordinário livro de memórias de Stefan Zweig, o autor confessa uma paixão e descreve um episódio que têm, como traço comum, a figura imortal de Johann Wolfgang von Goethe. A paixão, «[a] coleção de autógrafos iniciada já no liceu», tem como coroa de glória «um dos mais belos poemas de Goethe na sua letra denodada e livre» e um desenho do poeta britânico William Blake. O episódio é o encontro com a senhora Demelius, filha do médico do poeta de Weimar, moradora no mesmo prédio nos arredores de Viena: «Só mais tarde, por um acaso, vim a descobrir que, afinal, a mais invulgar e valiosa **peça literária de museu** não se encontrava no meu armário, mas sim na mesma casa dos arrabaldes. Por cima de mim, num apartamento igualmente modesto, vivia [...] a filha do médico pessoal de Goethe, o Dr. Vogel, e que fora baptizada

¹ ZWEIG (2005: 182-183).

em 1830, na presença de Goethe, tendo Ottilie von Goethe por madrinha.» (sublinhado nosso)².

O capítulo «Desvios no caminho para mim próprio» é significativo porque ilustra duas das perspectivas que, ainda hoje, marcam a arquivística literária. Uma aprecia a singularidade do objecto museológico, outra considera a colecção de autógrafos como meio para um fim. Para Zweig, o fim é o problema genérico da origem da obra de arte mas, para os críticos textuais e editores literários, o objectivo é, recorrendo a disciplinas consolidadas nos últimos decénios, decifrar os manuscritos e estabelecer uma lição, oferecendo ao público edições críticas de textos que constituem o chamado património literário universal.

Curiosamente, Goethe distinguiu-se «de modo igual como coleccionador e como arquivista de si mesmo»³. Reuniu manuscritos de personalidades admiráveis, enquanto organizava o seu próprio espólio literário. Ivo Castro recorda que «[c]inquenta anos após a sua morte, o espólio foi oferecido à grã-duquesa Sofia de Saxe-Weimar, que logo tomou duas iniciativas de profundo alcance: criou em 1885 o Goethe und Schiller-Archiv e ordenou uma célebre edição das obras de Goethe, a Sophien-Ausgabe [...]. Estava assim criado o modelo binário que associa o espólio público de um escritor à publicação sistematizada das suas obras»⁴.

Ao resgatar os espólios literários da condição redutora de *memorabilia*, o modelo binário do Goethe und Schiller-Archiv torna eminentemente problemático o espaço tradicional da casa-museu⁵ ou até mesmo do museu especializado⁶. Arquivos, bibliotecas ou centros de investigação, de múltiplas e variadas configurações, apresentam-se agora como locais de conservação da memória escrita e campo fértil de trabalho para uma multiplicidade de investigadores⁷.

² ZWEIG (2005: 184-185).

³ CASTRO (2008: 3).

⁴ CASTRO (2008: 3).

⁵ Goethe também tem a sua em Weimar.

⁶ Por exemplo, o Museu de Cartas e Manuscritos, em Paris.

⁷ Como o próprio nome sugere, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea reúne espólios não só de escritores, mas também de intelectuais, filósofos, críticos, políticos, etc.

Quase duzentos anos após a morte de Goethe, os espólios literários continuam a ser oferecidos a arquivos e adquiridos por instituições públicas. Por exemplo, o arquivo pessoal de Salman Rushdie, o escritor britânico nascido na Índia, foi adquirido por uma universidade norte-americana. Os arquivistas da Universidade de Emory dedicam-se actualmente à preservação de documentos electrónicos, e-mails e ficheiros compilados desde a década de oitenta do século XX, estabelecendo um precedente relevante na preservação do património digital de escritores, artistas e, quem sabe, cidadãos anónimos.

Estas questões serão o nosso tema para os próximos três capítulos. Os capítulos 1 e («Para que serve um espólio literário?») e 2 («Onde se acondiciona um espólio literário?») pretendem ser uma reflexão crítica bipartida. Se uma parte substancial aborda a construção de bibliotecas e arquivos (capítulo 2), a outra é dedicada à problemática da salvaguarda de conteúdos intelectuais e culturais, nomeadamente a reflexão que subjaz à designação de um objecto cultural como «tesouro nacional» (capítulo 1). Embora genéricas, as diversas considerações terão como horizonte principal duas instituições complementares: o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea e o edifício da Biblioteca Nacional de Portugal que o alberga. O capítulo 3 («Como se adquire um espólio literário?») propõe uma reflexão acerca do modo como os arquivos literários portugueses são construídos e dos mecanismos de consagração literária que os acompanham. O método de trabalho assentou na investigação teórica e na reflexão crítica. A bibliografia denota o carácter híbrido da arquivística literária e o desafio que, entre disciplina ancilar da crítica textual e variação frequentemente esquecida das Ciências da Documentação e Informação, a mesma representa.

PARA QUE SERVE UM ESPÓLIO LITERÁRIO?

O mundo está a abarrotar de documentos pessoais. As pessoas têm diários, enviam cartas, tiram fotos, escrevem relatórios, narram biografias, grafitam paredes, publicam memórias, escrevem cartas aos jornais, deixam notas de suicídio, escrevem epitáfios, fazem filmes, pintam quadros, compõem música e tentam realizar os seus sonhos pessoais. Todas estas expressões da vida privada são lançadas no mundo aos milhões e podem ser de interesse para quem quiser procurá-las⁸.

Quando, no seu testamento de 9 de Junho de 1853, deixou instruções concretas acerca da propriedade das suas obras «já impressas ou ainda inéditas», Almeida Garrett tornou-se o patrono da arquivística literária portuguesa. Na verdade, a colecção de Almeida Garrett (e outros cinco acervos) constituiu o ponto de partida do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal. Mas, afinal, porque colecionamos espólios literários? Onde se conservam? Como se adquirem?

Em 1983, Ken Plummer ainda considerava que «[e]m resumo, uma importante aproximação à compreensão da vida humana tem sido persistentemente minimizada, difamada e marginalizada pelos cientistas sociais: pensam que os documentos humanos são demasiado subjectivos, descritivos e arbitrários para contribuir para o progresso científico»⁹.

⁸ «El mundo está abarrotado de documentos personales. La gente lleva diarios, envía cartas, hace fotos, escribe informes, relata biografías, garabatea pintadas, publica sus memorias, escribe cartas a los periódicos, deja notas de suicidio, escribe frases en las tumbas, filma películas, dibuja cuadros, hace música e intenta consignar sus sueños personales. Todas estas expresiones de la vida personal son lanzadas al mundo a millones, y pueden ser de interés para cualquiera que se preocupe de buscarlas». PLUMMER (1989: 15). A tradução deste e dos próximos excertos é da nossa responsabilidade.

⁹ «En resumen, una importante aproximación a la comprensión de la vida humana ha sido persistentemente minimizada, difamada y marginada por los científicos sociales: piensan que los documentos humanos son demasiado subjectivos, descriptivos y arbitrários para contribuir al progreso científico». PLUMMER (1989: 12).

Até ao Iluminismo, os documentos pessoais eram primordialmente documentos de sucessos memoráveis, de grandes feitos ou vidas de filósofos. Havia muito poucos casos (sendo as *Confissões* de Santo Agostinho uma notável exceção) em que se faziam reflexões sobre a natureza da identidade interior. Não obstante, para a maioria dos estudiosos do documento autobiográfico, é precisamente essa busca de uma identidade que constitui a sua marca característica.

Plummer enumera algumas figuras-chave no surgimento do documento pessoal moderno: Samuel Pepys, Rousseau e Goethe. Quando, nos finais do século XVIII, Rousseau publica as suas *Confissões* (1782) e Goethe publica *Dichtung und Wahrheit* assistimos ao nascimento da autobiografia.

Plummer sugere igualmente um desenvolvimento curioso, a substituição do documento escrito pelo documento fotográfico: «Se bem que os diários e as cartas se converteram (pelo menos entre as classes médias) em documentos pessoais capitais durante o século XIX, foram agora rapidamente ultrapassados pela fotografia»¹⁰.

Em *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*, catálogo comemorativo do vigésimo quinto aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o depoimento de João Dionísio («Para que serve um espólio?») coloca um conjunto de questões particularmente pertinente: «Para que serve um espólio? Para que serve guardar milhares e milhares de papéis portadores de escritos que deliberadamente não foram publicados pelo seu autor? Uma vez guardados, para quê dá-los a ler, tantos com um carácter visivelmente privado? Porquê fazê-lo numa sala dos reservados, com capacidade para umas poucas dezenas de estudiosos, ou através da Biblioteca Nacional Digital, para todos? Porquê permitir, quando não incentivar, a publicação destes documentos? A minha frequência do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea ao longo dos últimos 19

¹⁰ «Si bien los diarios y cartas se convirtieron (al menos entre las clases medias) en documentos personales capitales durante el siglo XIX, han sido ahora rápidamente sobrepasados por la fotografía». PLUMMER (1989: 31).

anos foi mais ou menos pontuada por estas perguntas – de foro legal, moral e estético – e pela tentativa de lhes dar resposta»¹¹.

Mas o que é um espólio? Espólio, em sentido estrito, é sinónimo de *arquivo literário*:

«acervo documental complexo, constituindo uma unidade orgânica decorrente da actividade literária de determinada pessoa e composta pela respectiva obra manuscrita, ou equiparada, e pelos conjuntos de documentos que a essa pessoa foram enviados ou por ela recolhidos», na definição de António Braz de Oliveira. O conceito só em português e alemão tem designações que evocam necessariamente a morte do autor, *espólio* e *nachlaß*, mas há, na realidade, uma identificação entre espólio e herança documental deixada por um criador literário. Com o desenvolvimento da crítica genética, a atenção arquivística despertou para estes acervos enquanto objectos de ordenação necessária, ao mesmo tempo que as famílias e o público colecionador também viram alterada a forma como avaliavam o legado dos autores¹².

Todavia, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea não tem o monopólio dos arquivos literários. Também o Museu do Neo-Realismo possui um património literário, artístico e documental de reconhecido relevo no panorama da cultura portuguesa de meados do século XX. Dezenas de espólios foram doados ou confiados à instituição permitindo ao público o contacto mais próximo e directo com a estética neo-realista, «[e]ssa é aliás uma das funções ou obrigações essenciais de uma instituição museológica: dar a conhecer, de um modo didáctico, pedagógico, mas igualmente crítico, o seu património cultural, isto é, as suas colecções»¹³. E aqui encontramos uma primeira resposta à nossa pergunta. Um espólio literário, tal como outros objectos culturais, serve para fins de estudo, educação e lazer:

«Criado em 1990, num imóvel de propriedade não municipal, e a partir da actividade de um Centro de Documentação, o projecto evoluiu, sobretudo em torno da área arquivística e bibliográfica, com relevo para a incorporação de espólios literários de autores neo-realistas. Porém, o Museu cedo enriqueceu e

¹¹ PORTUGAL (2007: 152).

¹² MARQUILHAS, Rita, «Espólio», *E-Dicionário de Termos Literários*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/E/espolio.htm>, consultado em 24-09-2011.

¹³ SANTOS (2008: 11).

diversificou o seu património com a entrada de dezenas de obras de arte e outros objectos de reconhecido valor museológico. [...] Dando sequência e continuidade ao esforço desenvolvido durante todos estes anos, o Museu do Neo-Realismo assume-se hoje, segundo o Instituto de Museus e Conservação, “como um museu especializado no movimento que lhe dá nome, de vocação interdisciplinar, com uma missão de incorporação, conservação, investigação e comunicação do património neo-realista nas áreas da Literatura, Artes Plásticas, Arquitectura, Música, Teatro, Cinema, Fotografia, História e Filosofia, e respectiva documentação para fins de estudo, educação e lazer. O Museu assume as funções de promoção e apresentação do movimento neo-realista, evidenciando as suas influências e contributos na sociedade e na cultura e tem como objectivos a comunicação regular das colecções ao público, a publicação da investigação regular, a disponibilização dos recursos educativos e documentais, a sua constituição como pólo patrimonial e museológico de qualidade a nível nacional e internacional”¹⁴.

A Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural:

3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

[...] 6 - Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

Primeiro como Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea (1992), depois como Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (1997), «[o] desenvolvimento do ACPC alcançou os objectivos que presidiram à sua criação, ou seja, transformá-lo no repositório fundamental da criação cultural portuguesa contemporânea. No entanto, as inovações tecnológicas a que assistimos nas últimas décadas conferem-lhe a responsabilidade acrescida de documentar para as gerações vindouras um método de criação cultural, baseado na Galáxia *Gutenberg*, que se encontra em vias de extinção,

¹⁴ SANTOS (2007: 7).

transformando-o, também, numa estrutura ilustrativa de um modo de produção cultural que vigorou durante séculos e que quase se reveste já de natureza arqueológica»¹⁵.

Segundo o artigo 15.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, o conceito de «bens móveis classificados como de interesse nacional» é equivalente a «tesouro nacional»¹⁶. Ora, no âmbito do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o objectivo de estabelecer critérios para a identificação de «tesouros literários» é particularmente difícil. Considerando aqui apenas «tesouros literários», uma das questões que imediatamente se coloca é a necessidade de preservação e conservação do património documental no seu todo, isto é, da nossa memória colectiva. Assim, a recuperação e preservação do património cultural português converteu-se num objectivo estratégico ou mesmo numa categoria cultural entendida como um dos valores cimeiros e uma das principais linhas estratégicas de uma política de Cultura. Neste contexto, inscreve-se o objectivo de salvaguardar o património bibliográfico nacional e, conseqüentemente, detectar e valorizar os «tesouros literários».

No sítio da Biblioteca Nacional de Portugal, na secção relativa à missão e actividades, pode ler-se: «A BNP tem por missão proceder à recolha, tratamento e conservação do património documental português, em língua portuguesa e sobre Portugal, nos vários tipos de suporte em que este se apresente, bem como assegurar o seu estudo, divulgação e as condições para a sua fruição e garantir a classificação e inventariação do património bibliográfico nacional»¹⁷. Desafio do passado, renovado no século XXI, quando existem soluções concretas e diversificadas se, adequadamente e com urgência, se dispuser de meios financeiros, técnicos e humanos necessários. Não falta hoje a consciência crítica da responsabilidade que tem uma instituição de memória de conservar e transmitir integralmente uma herança cultural única, riquíssima e ampla, mas extremamente frágil.

¹⁵ OLIVEIRA e LOPES (2008: 10).

¹⁶ «Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação “monumento nacional” e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação “tesouro nacional”».

¹⁷ http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=29&lang=pt, consultado em 24-09-2011.

Mesmo sabendo que os patrimónios bibliográfico e arquivístico são de naturezas distintas, esta questão coloca-se com pertinência redobrada quando na presença de espécimes que não são obra publicada e, portanto, não replicáveis, valendo precisamente pelo seu carácter de espécimes documentais únicos, saídos das mãos dos seus autores, residindo o seu valor precisamente nesta característica. Deste modo, a Biblioteca Nacional de Portugal tem vindo a acolher as doações de colecções particulares que permitirão reconstituir a memória dos seus patrocinadores, ou o traço indelével dos espólios manuscritos de figuras cimeiras da nossa cultura, tais como Almeida Garrett, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, entre outros.

Ao longo de dois séculos de existência, a Biblioteca Nacional de Portugal foi reunindo colecções preciosas de livros e obras manuscritas, de todas as épocas e de todas as línguas. Inclui no seu acervo a produção contemporânea que por lei lhe cabe recolher e preservar, a par de importantes publicações antigas, obras raras, textos manuscritos únicos, em suma, um repositório bibliográfico extremamente rico. Juntaram-se-lhe colecções históricas de outras formas patrimoniais (por exemplo, iconográficas) e espólios representativos do pensamento e da cultura portuguesas, incentivando-se activamente os depósitos e as compras de espólios de figuras relevantes da nossa cultura.

A Biblioteca Nacional de Portugal é uma parte crucial da nossa memória colectiva e é a instituição, por definição, mandatada para reunir, preservar, divulgar e viabilizar o acesso ao património cultural escrito. Assim, no seio da Biblioteca Nacional de Portugal, no princípio dos anos 80, foi criado o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea. Mas quando é que começou a fazer sentido um arquivo desta natureza? Como nasceu e donde vem o seu acervo, que espólios literários o constituem?

Na obra *Tesouros da Biblioteca Nacional*, António Braz de Oliveira explica que é no momento da morte de um autor «que verdadeiramente se constitui, ou não, o seu espólio literário, ou seja, aquele em que os respectivos “papéis” adquirem significado histórico-cultural específico e, como tal, são reconhecidos e preservados (ou não...) pelos seus

contemporâneos e herdeiros. [...] Assim sendo, o objecto da arquivística-literária do romantismo para cá, só começa a corporizar-se passado o meado do século XIX, recuperando, aqui e além, por um processo de reapreciação histórica, os espólios dos escritores anteriores de maior longevidade [...]. Tal constatação ganha maior sentido quando vista à luz do pulsar próprio das gerações literárias a que os mesmos escritores pertenceram»¹⁸. Quando um original (manuscrito) é devolvido ao autor que o guarda, ou é conservado por terceiros passamos a dispor de um *tesouro*, já não aferido pelo valor que proporciona como inédito, mas como «prova» genética, isto é, como testemunho do percurso autógrafa da criação literária. É o manuscrito literário, subjacente ao impresso, o objecto privilegiado da arquivística literária.

Sendo, portanto, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea um repositório principalmente de «manuscritos literários», houve necessidade de estabelecer, por uma questão de método de trabalho, uma ordem na atribuição de valor aos documentos que constituem o seu acervo arquivístico. A tarefa tem um grande grau de dificuldade porque não há uma especialidade única a que se possa recorrer ou apelar para subscrever cientificamente uma determinada opção. Além do mais, os espólios têm um destino, uma vida própria. O caso de Fernando Pessoa é disso paradigmático. Há 76 anos ninguém imaginava o alcance e o interesse pela sua obra. Todavia, a importância do poeta tem vindo a crescer, incluindo uma cada vez maior repercussão internacional. Fica aqui sublinhada a convicção de que todas as selecções têm uma época. Assim foi e é com os prémios literários que também devem ser vistos à luz do tempo e do lugar em que foram e são atribuídos.

O sucesso de quaisquer critérios para a identificação de «tesouros literários» dependerá sempre da conjugação de uma correcta política de gestão das colecções, de uma política integrada de conservação e acesso à informação e, naturalmente, do

¹⁸ MENDES (1992: 344).

estabelecimento de padrões de referência (ou linhas de orientação) para procedimentos de classificação de bens de interesse nacional, no âmbito da literatura e da cultura. Os critérios, considerados como pano de fundo teórico, devem ser tanto quanto possível claros, de modo a esclarecer e iluminar, a maior parte das vezes, decisões anteriormente tomadas. Uma avaliação desta natureza deve ser comparativa e relativa, pois não existe uma medida absoluta de significado cultural. A selecção de um item cultural, como *tesouro*, resultará da avaliação deste a partir dos seus próprios méritos, quando confrontados com os critérios de selecção e com *tesouros* já anteriormente identificados.

Assim, o que se pretende com esta reflexão é estabelecer uma rede de aferição. O objectivo é que contribua, como ferramenta de raciocínio, para a problematização do tema. A nossa memória colectiva, a nossa herança cultural, consubstanciada no universo documental é o objecto.

Os critérios base são a autenticidade, a raridade, a integridade e o perigo de desaparecimento.

Os critérios de valor testemunhal consubstanciam-se em textos preparatórios de textos da literatura portuguesa, testemunhos únicos de acontecimentos decisivos da história literária ou com significado para a identidade e memória colectiva. O interesse cultural relevante (linguístico, documental, artístico, científico), o valor que proporciona como inédito, o valor como «prova» genética, o valor como testemunho do percurso autógrafo da criação literária, o tipo de suporte, a singularidade ou exemplaridade, a importância do seu autor e o significado do ponto de vista literário são pontos igualmente a considerar.

Critérios de autoridade, assentes em estudos integrados de especialistas (professores e estudiosos da literatura portuguesa, críticos genéticos, historiadores, etc.) devem ser chamados à colação.

No mundo da preservação digital, segundo os especialistas, sem progressos na área da digitalização a nossa sociedade poderá vir a sofrer de perda de memória. Há que trabalhar de forma proactiva a fim de preservar a nossa memória colectiva. No campo da literatura e da cultura, cabe aos autores a liberdade de eliminarem o que lhes aprouver da sua própria produção, nas quatro paredes do seu gabinete de trabalho. Cabe-nos a nós a obrigação cívica de preservar adequadamente o que nos legarem os escritores e criadores.

A crise na conservação arquivística declarou-se com toda a premência e acuidade em vários países, países estes que investiram verbas avultadas em projectos destinados a descobrir a solução para os novos paradigmas de preservação da informação, principalmente para combater a obsolescência tecnológica que pode inviabilizar definitivamente o acesso à memória pública. Do ponto de vista arquivístico, a avaliação preocupa-se com este problema, tentando descortinar os novos níveis de tratamento arquivístico que estável e estrategicamente contemplem a plataforma electrónica sobre que também passou a assentar uma parte cada vez mais importante da nossa memória colectiva.

Se o património digital público deve ser tratado com recurso a uma verdadeira política nacional de preservação, quando nos focamos na arquivística literária temos de questionar o nosso papel nesta nova galáxia tecnológica. A conservação de documentos e/ou fundos arquivísticos literários exige novas posturas e abordagens. No seio do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, provavelmente a breve trecho, haverá que pensar também, juntamente com as medidas em vigor na gestão de manuscritos literários, medidas de gestão para os *manuscritos* nados digitais e para os produtos electrónicos derivados dos manuscritos, com origem na «galáxia Gutenberg».

Na obra *As mãos da escrita* esta questão começa a ser a florada: «Tal é hoje uma das mais gratificantes expectativas abertas pelo nosso projecto. Se não nos era desconhecida a existência de alguns espólios literários de autores portugueses, nomeadamente em terras brasileiras [...] mal nos apercebíamos da viabilidade de construir uma ponte universal

tendo por base a lusofonia, que os aventureiros, e algo indisciplinados, mareantes de Quinhentos, teimaram em inventar, sede de uma verdadeira utopia da língua e cultura portuguesas. Não serão as nossas hiperligações, por afinal serem menos utópicas, que as hão-de superar»¹⁹.

O facto de os manuscritos de um autor estarem em linha passou a possibilitar, entre outras potencialidades, reconstituições virtuais, podendo estas, por sua vez, levar à geração de novos produtos que terão existido (ou não) na cabeça do autor, e que de outro modo seriam de impossível reconstituição. Além disso, como é o caso nos *Cadernos de Fernando Pessoa*²⁰, o facto de os manuscritos estarem *em linha* aumenta a capacidade da sua preservação (quando comparado com o manuscrito em suporte papel); possibilita melhores e potenciais capacidades de leitura; fica viabilizado o *acesso* universal a este bem cultural, i.e. a partir de qualquer ponto do globo. Sendo assim, com estas «arcas digitais», outras «encadernações» passam a ser possíveis. Se cada caderno ubiquamente omnipresente permite ver mais mundo, contribuindo com uma quota-parte para a construção da identidade dos portugueses, estamos perante um outro «tesouro literário» ou é o mesmo, mas potenciado? O que pode ser depreendido é que ainda os *Cadernos* em papel vão a caminho da denominação de *Tesouros*, já os *Cadernos* em suporte electrónico o podem ser pela simples razão de que ampliam os atributos da mesma obra por potenciarem a sua universalidade e automaticamente viabilizarem o livre acesso a eles (já do domínio público), se bem que virtualmente.

Provavelmente, o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea tornar-se-á responsável por ir ao encontro das novas realidades que no seu próprio seio eclodem, assumindo novas obrigações, próprias de quem assume grandes encargos. Tanto mais que pode ser visto como um ponto de intersecção de várias disciplinas, não só pela

¹⁹ PORTUGAL (2007: 49).

²⁰ <http://purl.pt/1000/1/>, consultado em 24-09-2011.

peculiaridade do seu acervo, como pelo momento tecnológico que atravessamos, e também porque o conceito de transdisciplinaridade pode ser a resposta para novos desafios.

Por outro lado, a Arquivística, como disciplina, passa a ter novas responsabilidades, já que o mundo da informação eclode estratificado doutro modo. Até aqui, vivendo em mundos separados, compreende-se agora que muito mais itens recaiam sob o seu chapéu: ficheiros electrónicos, mensagens por correio electrónico, informação produzida por instituições da administração central em suporte electrónico, umas pertencendo à memória pública, outras à memória colectiva, todas florescendo num contexto em que cada unidade documental tem um significado: literário, de testemunho histórico, testamentário, notarial, etc.

Valor legal, patrimonial, histórico, razões ideológicas, panfletárias, beleza do ponto de vista literário, importância do ponto de vista linguístico, da escrita, tudo são razões que podem levar à necessidade de ser atribuído um estatuto especial a espécies documentais, devendo estas ser convenientemente conservadas e preservadas, e ser alvo de garantias de acesso, directo ou indirecto.

Obviamente, estes objectos devem ser guardados. Mas onde? Num arquivo? Numa biblioteca? Num museu? Interrogarmo-nos sobre o que, num dado momento, uma sociedade ou um conselho de sábios, acha relevante, ou menos importante. Não é de certeza uma classificação que valha para a eternidade. Resta-nos um caminho aberto onde se vão implantando os nossos *tesouros*, literários ou culturais. Uma listagem da nossa herança cultural suficientemente flexível que admita todas as contribuições, se fundamentadas, em cada momento de decisão.

Acresce que a preservação electrónica, não só pela ubiquidade que proporciona, como pelo impressionante poder de multiplicar réplicas em vários pontos do globo, é garantia (ou possibilidade) acrescida de divulgação e salvaguarda do nosso património cultural, ajudando a protegê-lo de todas as catástrofes.

Não sei se respondemos às questões iniciais, mas se começámos com as perguntas de João Dionísio, é justo que terminemos com a sua resposta: «Hoje, acredito que a resposta tem de deixar para trás a alegação segundo a qual, quando um escritor falece sem ter destruído os seus papéis, estes constituem uma oferta à comunidade; e tem igualmente de deixar para trás uma leitura demasiado absoluta do dito *quod scripsi scripsi*. Em contrapartida, penso que a busca de um sentido ou de um conjunto de sentidos para a obra de um qualquer autor ganha muito com o conhecimento do seu espólio. Não porque nele repouse, pronta a usar, uma qualquer verdade. Mas antes porque na relação tensional que escritos incipientes e abandonados, versões caducas, imperfeitas ou revistas mantêm com a obra, encontro o intervalo de onde posso olhar para o arbítrio possível do autor. O espólio funciona assim como o repositório de alternativas significativas e por essa via cerca os sentidos do que foi publicado pelo escritor»²¹.

²¹ PORTUGAL (2007: 152).

ONDE SE ACONDICIONA UM ESPÓLIO LITERÁRIO?

Defronte fica a casa do Nuno, a que Silva Pinto lançou os alicerces, começando a levantar-lhe a alvenaria. Nela moram os netos de Camilo e se guardam algumas recordações do grande escritor: os seus livros – duzentos volumes – a sua cadeira e papéis. Os netos nunca leram ou nunca compreenderam a obra do avô. A uma, Flora, foi preciso alguém dizer-lhe que Camilo escrevera o Amor de Perdição (A. de Figueiredo) e estes folheando um álbum dizem: - O Camilo... - Um, mostrando o retrato do primeiro marido de D. Ana, aponta a rir-se: - Cá está o Pinheiro... - Nas paredes, fotografias e bilhetes postais – Camilo, Afonso Costa, Azeitão, o retrato de D. Ana Plácido, já espapaçada, o retrato de Nuno com olhos de doido, o retrato romântico de Camilo, oferecido à sua companheira de cárcere. Isto pega-se?...²²

O primeiro semestre de 2010 ofereceu-nos, numa ilustração da máxima de Oscar Wilde «a Vida imita a Arte», um episódio da vida mundana que se relaciona conspicuamente com as Ciências da Documentação e Informação.

O caso envolveu uma professora do ensino primário em Trás-os-Montes que, após uma bem sucedida aparição nas páginas de uma denominada «revista masculina», foi não só suspensa da actividade lectiva e do contacto directo com os alunos, como foi remetida para o Arquivo Municipal, aguardando serena mas amarguradamente o fim do vínculo laboral.

Há uma já longa e lamentável tradição que consiste em remeter para o arquivo, biblioteca ou centro de documentação de uma instituição os trabalhadores que, em consequência da insubordinação, depressão nervosa ou vulgar misantropia, são considerados inábeis para o serviço ao público e para as relações interpessoais. O caso da professora de Trás-os-Montes (agora a leccionar na Nazaré) é disto mais um exemplo. Aparentemente, há uma corrente de opinião que considera o arquivo um espaço de reclusão e expiação.

²² BRANDÃO (1999: 164).

Actualmente, a existência de um arquivo ou de uma biblioteca sem um sítio *Web* é quase inconcebível. Profissionais ou amadores, sofisticados ou simples, interactivos ou institucionais, a extensão digital das instituições vocacionadas para a preservação e divulgação do conhecimento documental e livresco é um dado comum.

A revolução da Internet (em 2009, estimava-se que ¼ da população mundial usava os serviços da Internet²³) alterou substancialmente o modo como acedemos à informação. A democratização do acesso à rede global aumentou as expectativas em relação à rapidez e qualidade da informação. Os utentes esperam mais do que a morada ou o horário dos serviços. Uma resenha histórica ou um organograma institucional não os impressiona. Cidadãos de um mundo multimédia, usam *websites* onde texto, imagem e som convivem de forma criativa e sedutora.

Todavia, a multiplicidade nas instituições de cultura não se circunscreve às soluções informáticas ou aos suportes digitais. Resultado deles é a multiplicidade de lugares a partir dos quais se pode agora aceder e consultar a documentação.

Usando, novamente, o exemplo do espólio de Fernando Pessoa²⁴, um leitor, confortavelmente instalado frente a um ecrã de computador, em qualquer parte do mundo, pode estudar os manuscritos de «O Guardador de Rebanhos», *A Mensagem* ou os cadernos de Fernando Pessoa através de imagens de assinalável qualidade.

A multiplicidade, característica dos arquivos modernos, tem implicações em termos da consistência da informação. A preservação da informação e do património escrito através da microfilmagem ou digitalização constitui um enorme desafio cujo desfecho é, em grande medida, uma incógnita. Supõe-se que, em condições apropriadas, o microfilme tem

²³ <http://en.wikipedia.org/wiki/Internet>, consultado em 24-09-2011.

²⁴ <http://purl.pt/1000>, consultado em 24-09-2011.

uma esperança média de vida de 500 anos, enquanto a imagem digital ainda não demonstrou a sua durabilidade²⁵.

As bibliotecas e os arquivos começaram a usar o microfilme em meados do século XX como uma estratégia de preservação das suas colecções. Os livros e os jornais em risco de deterioração puderam ser preservados em película e, assim, aumentar o acesso e o uso dos materiais. Microfilmear era igualmente uma medida de poupança de espaço. Em *The Scholar and the Future of the Research Library* (1944), Fremont Rider calculou que as bibliotecas de pesquisa estavam a duplicar de acervo a cada dezasseis anos. A sua solução para o problema era microfilmear. Uma vez microfilmados, os artigos poderiam ser removidos de circulação e o espaço adicional nas prateleiras estaria disponível para a rápida expansão das colecções. Nos anos 60, a microfilmagem era já a política habitual, permitindo às instituições aumentar o número de acessos às colecções, mas sem colocar em risco espécimes raros, frágeis ou valiosos. O desafio para o futuro é saber se os actuais métodos de preservação e reprodução da informação estão a salvo da obsolescência tecnológica e se permitirão o seu uso pelas gerações vindouras.

O edifício de um arquivo deve responder a várias funções essenciais: a recepção, a organização (inventariação, catalogação, etc.), a selecção e o acondicionamento dos documentos; a sua comunicação aos utilizadores (internos ou externos), a sua preservação e, eventualmente, o seu restauro. Devem ser igualmente tidas em consideração as necessidades de reprodução (digitalização, microfilme, fotocópia), a organização de exposições de conferências ilustradas com projecções, as sessões do serviço educativo e outras actividades culturais, assim como a publicação e difusão dos instrumentos de acesso à informação.

Actualmente, a maioria dos documentos existente em arquivos encontra-se em suporte papel, de formato mais ou menos normalizado, conservada em maços, pastas ou

²⁵ Naturalmente, a microfilmagem, técnica subsidiária da fotografia, *também* ainda não demonstrou a sua putativa e cinco vezes centenária durabilidade.

livros encadernados. Todavia, o conceito de sistema de informação leva-nos a colocar, acima do conceito de documento (informação registada em determinado suporte físico), o conceito de informação, vincando, de uma forma cada vez mais nítida, a expressão «independentemente do suporte em que se encontre». Paralelamente, e como resultado do ambiente gerado pela *Sociedade da Informação*, surge com um peso crescente uma vasta gama de suportes cujas características impõem condições particulares de armazenagem e de utilização: bandas magnéticas, dvd, cd-rom, discos ópticos, vídeos, fotografias, maquetas de edifícios, cartazes, mapas e plantas.

Dada a importância de um edifício destinado a uma biblioteca ou a um arquivo, o terreno escolhido deve ser previamente estudado em conjunto com as entidades locais, de modo a conhecer as características geológicas do terreno. Deve ser um terreno seco, não sujeito a inundações, nem exposto ao risco de derrocadas. Além do mais, deve estar afastado de toda a vizinhança perigosa (instalações militares), longe de centrais nucleares, de carvão e de gás, de zonas poluídas e de corredores de aeroportos. Infelizmente, o edifício da Biblioteca Nacional de Portugal não cumpre, pelo menos, um destes critérios, pois está localizado debaixo de um corredor aéreo. Até à mudança do Aeroporto de Lisboa para outra localização, este factor de risco manter-se-á.

O terreno escolhido deve estar próximo das principais vias de comunicação da região. Deve permitir a entrada de camiões, acessível de transporte particular e de transportes públicos. O terreno onde se localiza a BNP, para além de garantir a acessibilidade de entregas (uma vez que centraliza a recepção e a redistribuição dos exemplares resultantes da aplicação da lei do depósito legal), oferece um considerável número de lugares de estacionamento aos utilizadores, além de se situar perto de uma estação do metro e de várias paragens de autocarro.

Em regra, a construção de arquivos subterrâneos não é recomendável. Só se justifica para conservar documentos excepcionalmente preciosos, para economizar a

superfície do terreno (no centro das cidades, por exemplo), para conservar documentos em zonas de alto risco em tempo de guerra²⁶. Com o objectivo de reforçar a segurança, a obra de ampliação e remodelação da torre de depósitos da BNP prevê a construção de uma casa-forte subterrânea, destinada às espécies mais valiosas e raras das colecções. Com cerca de 600 m², este equipamento contemplará, para além das condições de preservação e conservação e anti-incêndio, requisitos especiais de controlo de acesso, de anti-intrusão, anti-sismo e facilidades de evacuação rápida.

A superfície do terreno deve permitir uma eventual expansão futura do edifício, num só edifício ou em vários, sendo aconselhável que o mesmo tenha uma duração mínima de 20 anos. Não existe um padrão absoluto entre a superfície do terreno e a capacidade do edifício. Por norma, o edifício deve ter uma disposição em comprimento, mas nas grandes cidades, onde o preço do terreno é elevado, a construção em altura não é posta de parte. A melhor solução, para albergar os serviços de arquivo, é a construção de raiz de um edifício novo, especificamente estudado para esse fim. No entanto, nos últimos anos, em alguns municípios portugueses, a tendência foi optar por restaurar edifícios de carácter histórico, bem situados e suficientemente amplos para prever o crescimento do acervo, a salvaguarda dos documentos noutros suportes e o crescimento de utilizadores dentro de um prazo de 50 anos. São de evitar edifícios cuja classificação patrimonial não permita ou torne difícil a alteração da sua fisionomia interior. Uma solução mista é uma alternativa que não deve ser excluída em termos económicos e de segurança. Assim, no edifício existente ficaria a área de trabalho e a área do público e no novo edifício ficariam os depósitos.

Um edifício de arquivo é composto essencialmente por três áreas distintas, que devem estar claramente identificadas no projecto: o depósito (local de conservação de documentos de valor secundário em diversos suportes); área reservada (locais de trabalho reservados ao pessoal de serviço) e área do público (i.e., locais abertos ao público).

²⁶ FLIEDER e DUCHEIN (1993: 61).

Igualmente importante para a elaboração do plano do edifício é o estudo dos circuitos de circulação interiores, que condicionam a repartição dos diferentes elementos do projecto em relação aos outros. No mínimo, devem figurar nos edifícios de arquivo quatro circuitos: circuito de entrada e tratamento dos documentos, incluindo a eliminação (circuito reservado ao pessoal); circuito do público; circuito dos documentos em consulta (circuito reservado ao pessoal do serviço, e que consiste na circulação entre o depósito e a sala de leitura) e, finalmente, o circuito do pessoal de serviço. Ora o estudo dos circuitos de circulação é um dos momentos cruciais de qualquer projecto, requerendo a colaboração informada entre arquitectos e arquivistas:

A construção de um arquivo implica a combinação de conhecimentos diversificados e a definição de prioridades que poderão entrar em conflito caso não exista um diálogo entre todos os envolvidos. Ainda que seja da competência do arquitecto, a responsabilidade pelo desenvolvimento do projecto, é necessário que conheça as necessidades e características que condicionam o funcionamento do serviço e evitar os erros que poderão acontecer em termos funcionais. Neste sentido, e no âmbito das relações humanas e de trabalho, é desejável e até mesmo imprescindível uma estreita colaboração entre arquitecto e arquivista, sendo este o melhor conhecedor do serviço que dirige²⁷.

O pessoal de serviço deve dispor de uma entrada distinta da entrada do público e que garanta o acesso aos diferentes locais de trabalho, sem se cruzar com o circuito do público. O projecto da BNP garante *grossa modo* a não intercepção dos diferentes circuitos. Uma das melhorias mais visível para o público que frequenta a BNP será o novo espaço de leitura situado sob a nova construção, ao nível térreo e com comunicação com a actual Sala de Leitura Geral, fazendo uso da mesma coluna de comunicações verticais com os depósitos. Para este novo espaço, com mais de 1 000 m², serão deslocados os serviços de leitura de colecções especiais como a Cartografia, Iconografia e Música, jornais de grande formato, bem como o acesso a recursos electrónicos, etc., actualmente instalados noutras zonas do edifício. Esta solução, para além de ser mais funcional para os leitores, que não

²⁷ ANTUNES (2010: 33-34).

terão de se deslocar a diversos pontos do edifício para consultar esses materiais, permitirá também rentabilizar os serviços de atendimento.

Dentro de todo e qualquer edifício destinado à conservação e à gestão de arquivos, o depósito é a área mais importante. Em média, o depósito deve ocupar 60% da área do arquivo. A sua finalidade é assegurar a melhor conservação possível dos documentos e, ao mesmo tempo, facilitar o seu acesso.

A capacidade existente na torre de depósitos para armazenamento das colecções – actualmente cerca de 12 500 m² distribuídos por dez pisos planeados para receber cerca de 2 500 000 volumes – encontra-se praticamente esgotada, tornando imprescindível a sua ampliação. No projecto inicial, o corpo de depósito já fora concebido de molde a permitir a sua extensão para Sul. O projecto de ampliação agora em curso retoma esta concepção, acrescentando cerca de 33 metros a cada um dos pisos 3 a 10, actualmente de 99 metros de comprimento por 15 de largura. Tal representa um acréscimo de cerca de 6 300 m² que proporciona a possibilidade de acolher mais de um milhão de livros.

Michel Duchein aponta 2,20 m como a altura ideal dos pisos. Existem excepções, nomeadamente pisos com 2,40 m ou mesmo 2,80 m, mas têm o inconveniente de, em caso de incêndio, facilitar a propagação do fogo através do espaço livre²⁸.

Para compensar o peso elevado das estantes carregadas de documentos, os pisos dos depósitos deverão ter uma resistência elevada. Para uma boa margem de segurança, os pisos devem suportar as seguintes cargas: 1.200 kg/m² por piso, para estantes fixas com 1,80 metros de altura, e 2.400 kg/m² por piso para estantes móveis²⁹.

Os materiais de construção e revestimento devem ser escolhidos em função das suas qualidades de solidez e isolamento higrométrico e térmico. Os depósitos devem ter paredes duplas com caixa-de-ar intermédia. Devem estar isolados do resto do edifício por

²⁸ DUCHEIN (1985: 44).

²⁹ PINTO (1998: 4).

paredes e pavimento anti-fogo (com uma resistência de 2 horas) e portas corta-fogo (com uma resistência de 1 hora).

Em caso algum se deve instalar, por cima das estantes, canalizações de água e/ou outros líquidos, porque em caso de ruptura podem provocar danos sérios aos documentos. A protecção contra as variações climáticas é um dos principais imperativos para os depósitos de arquivo, pelo que as paredes devem ser construídas com um material impermeável à humidade.

Para assegurar uma iluminação e ventilação natural, as salas de depósito (se o edifício for desprovido de ventilação mecânica ou prevendo a avaria do sistema de ventilação) podem ser dotadas de aberturas vidradas, com caixilhos de abrir, desde que não ultrapassando 1/10 da superfície das fachadas e nunca voltadas a sul no hemisfério norte (ou a norte no hemisfério sul). O arquitecto da BNP observou esta regra, reservando para sul uma empena lateral estreita, desprovida de aberturas, diminuindo os gastos com a manutenção da temperatura e a refrigeração dos pisos. Os depósitos sem luz natural deverão possuir um sistema de iluminação eléctrica, através de lâmpadas incandescentes com difusores de vidro ou lâmpadas fluorescentes com pouca emissão de raios ultravioletas. A iluminação média nos depósitos deve ser de 150 lux³⁰. As superfícies envidraçadas devem estar protegidas com grades contra os riscos de quebra e arrombamento (no interior devem ter cortinas). O projecto pode promover a utilização de portas corta-fogo com uma pequena superfície envidraçada, o que facilita a visualização do interior dos depósitos, nomeadamente em controlos de segurança e aquando de visitas de estudo.

Para evitar a dispersão do pó de cimento, perigoso para a boa conservação dos documentos, é necessário aplicar um revestimento anti-pó sobre o pavimento. O uso constante de carros pesados provoca danos no chão dos depósitos, pelo que os melhores

³⁰ DUCHEIN (1985: 122).

revestimentos são os mosaicos termoplásticos e os mosaicos de cerâmica. Nos depósitos, os cabos eléctricos estarão cingidos por tubos de segurança. A iluminação deve ser do tipo incandescente com filtros contra os raios infravermelhos. É de banir completamente a iluminação de tipo fluorescente. Os interruptores serão colocados na extremidade das ligações das estantes no corredor principal. Haverá, além destes, um interruptor geral por sala. As tomadas de corrente de segurança, normalizadas e revestidas de cobertura, serão colocadas a 4 m/ 6 m de distância umas das outras e a 1 m de altura (de modo a permitir o uso de aspiradores).

No caso da Biblioteca Nacional de Portugal, os sistemas tecnológicos instalados na torre de depósitos desde a sua construção - sistemas eléctrico, anti-intrusão, anti-incêndio, refrigeração e controlo das condições de temperatura e humidade - já se encontram degradados e ultrapassados tecnicamente, não respondendo às actuais exigências de preservação das espécies bibliográficas. Logo que esteja concluída a fase de ampliação, iniciar-se-á uma intervenção profunda no edifício existente que implicará a integral substituição de todos os sistemas técnicos, ficando, assim, todo o edifício dotado de equipamentos actualizados que não só garantirão rigorosas condições de conservação como também maior facilidade de gestão.

As estantes são o mais importante equipamento dos depósitos de arquivo. O material mais utilizado actualmente na maioria dos arquivos é o metal. As estantes em madeira foram há muito abandonadas, por serem combustíveis e estarem expostas à ocupação progressiva das térmitas e outros insectos. As estantes são compostas por prateleiras horizontais que encaixam nos pilares verticais. Para a maioria dos construtores de estantes, a altura e a largura *standard* situam-se, respectivamente, em 1,80 m e 1 m. Um conjunto de estantes tem o nome de «ligação». A sua largura deve ter, no máximo, 10 m. Para proteger os documentos situados na prateleira superior, é recomendada a colocação de uma prateleira de cobertura. As prateleiras de estantes mais usadas nos arquivos têm uma

profundidade de 30 cm. Para os documentos volumosos recomendam-se estantes com 40 cm de profundidade. A disposição clássica das estantes consiste numa série de ligações paralelas de dupla face com 60 cm, i.e., 30 cm para cada lado, separadas por corredores com uma largura de 80 cm. Os corredores de circulação, perpendiculares às ligações, devem ter, no mínimo, 1,20 m de largura. Reservar-se-á sempre um corredor de (pelo menos) 80 cm de largura entre a extremidade das ligações e as paredes, a fim de permitir uma melhor circulação de ar. Estes critérios foram escrupulosamente cumpridos no projecto original de Porfírio Pardal Monteiro para os depósitos da BNP.

Cada prateleira de 1 m de comprimento deve suportar uma carga até 100 kg. As prateleiras devem ser materiais antioxidantes ou de aço com uma espessura de 1 mm e pintadas com uma tinta de esmalte lisa, suficientemente espessa para resistir à ferrugem (tinta de esmalte cozida no forno³¹). As extremidades das ligações são compostas de sistemas de montagem de placas de madeira ou de placas chapeadas. Devem estar isentas de toda a aspereza ou ângulo vivo, evitando os riscos de danificar documentos ou ferir pessoas. Para facilitar a ventilação, devem-se evitar as estantes com fundos chapeados: um simples sistema de barras metálicas é preferível.

Para a conservação dos documentos em papel, a higrometria deverá ser mantida entre os 50 e 55% de humidade relativa. A temperatura deverá ser mantida a 18° C, com uma variação de 2° C. Depósitos com características especiais são necessários para a conservação de fotografias, mapas e plantas, maquetas, microfilmes, suportes audiovisuais e suportes informáticos. Alguns destes documentos necessitam de condições climáticas e técnicas particulares. Por exemplo, 12° C de temperatura para os microfilmes (com uma humidade relativa de 35%). Em todos os depósitos, deve ser reservado um espaço para a instalação de móveis destinados a plantas e maquetas.

³¹ FLIEDER e DUCHEIN (1993: 66).

Uma das principais funções de um serviço de arquivo consiste na recepção de documentos enviados por entidades públicas e privadas. Uma sala deverá ser consagrada à recepção das incorporações. Deverá estar dotada de estantes ao longo das paredes (para ser feita a verificação das guias de remessa) e ser directamente acessível aos veículos de entrega através de um cais coberto, ao abrigo da chuva e do vento, a 1 m de distância do solo. Próxima da sala de recepção dos documentos, situar-se-á a câmara de expurgo que, no mínimo, deverá ter 20 m² de área. A entrada faz-se através de uma porta dupla com cerca de 1,40 m de largura. Estas condições são observáveis na BNP. As salas destinadas à avaliação, selecção e à classificação constituem o coração do depósito de um arquivo. Apesar de arquivisticamente serem de natureza diferente, as duas tarefas poderão ser realizadas na mesma sala, devendo possuir uma boa iluminação, aquecimento e ventilação.

Um edifício de arquivo moderno necessita de uma área razoável para a reprodução de documentos, para responder adequadamente ao aumento da documentação, das necessidades dos utentes e dos suportes arquivísticos. Um centro de reprodução/duplicação deve ser dividido em quatro salas distintas: sala de microfilmagem; sala de tratamento de filmes – com uma câmara escura; sala de tratamento de papéis – com câmara escura e com a possibilidade de abertura de janelas e sala de acabamento e de montagem. Por uma questão de segurança, convém projectar duas pequenas salas escuras, bem arejadas e separadas, para o armazenamento de papéis, filmes e produtos químicos.

As portas de acesso às câmaras escuras devem estar dotadas de cortinas (para evitar a entrada da luz). As paredes devem ser pintadas de branco, excepto nas câmaras escuras. Ladrilhos de barro devem cobrir o pavimento. As salas devem dispor de água quente e fria. Duas salas (de digitalização e de armazenamento dos cd-rom ou discos ópticos) deverão estar apetrechadas com equipamentos de digitalização ligados à rede informática. Contudo, é essencial prever a existência de um local independente deste, de preferência noutra

edifício, onde existirá uma segunda cópia (de segurança) com toda a informação dos servidores do Arquivo.

As salas de encadernação e restauro devem ser arejadas, ventiladas e bem iluminadas por lâmpadas de incandescência, com reflectores suspensos, sobre os planos de trabalho. É preciso prever água quente e fria e um sifão de evacuação. Móveis especiais (superfícies de trabalho e balcão) devem estar calculados. O revestimento do solo deve ser feito com mosaico. Portas com 1,40 m de largura garantem a passagem do diverso equipamento. No caso da BNP, o serviço de encadernação localiza-se na ala reservada ao expurgo e restauro, junto à porta de serviço e zona de docagem. O motivo é óbvio, a encadernação e restauro necessitam constantemente de materiais pesados e químicos que não devem contactar com os documentos já expurgados e tratados. Em caso de incêndio, estas zonas de trabalho podem ser também facilmente isoladas.

O número e a disposição dos escritórios varia conforme a organização e o país. Para uns, os funcionários trabalham em grandes espaços abertos, para outros, os funcionários trabalham em pequenos escritórios com duas ou três pessoas. Tudo depende dos serviços e das tarefas realizadas, bem como, em mais situações do que seria desejável, da área do edifício e da gestão burocrática do espaço. O director de serviços e os seus ajudantes directos devem dispor de escritórios individuais, assim como os chefes da contabilidade e gestão. O escritório do director deve permitir a realização de pequenas reuniões.

Os funcionários que trabalham em arquivos e bibliotecas estão expostos a substâncias químicas e ao pó dos documentos, logo é indispensável a presença de um balneário e de um vestiário. Em alguns edifícios construídos na segunda metade do século XX, recorreu-se ao uso de amianto. Só mais tarde se verificou os riscos inerentes a tal uso. Os custos da renovação de alguns edifícios, nomeadamente em França, revelaram-se astronómicos. Deve existir, no mínimo, uma casa de banho em cada piso.

Por razões de conforto e segurança, é preferível que todos os locais abertos ao público se situem no mesmo piso. Como escrevemos acima, este preceito está prestes a ser cumprido na BNP, graças à construção de uma nova sala de leitura no piso térreo, junto à sala de leitura geral. Todos os locais abertos ao público devem ser acessíveis a pessoas deficientes, uma vez que o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos visando a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida. O circuito do público nunca se deve cruzar com os circuitos do depósito e da área reservada. A BNP garante a segurança graças a portas munidas com leitura de cartões magnéticos de aposição de códigos. Este sistema não só garante a inviolabilidade das áreas reservadas, como garante que o acesso dos funcionários é adequado às suas funções, aumentando a segurança das instalações.

Nas grandes instituições (arquivos e bibliotecas nacionais) podem coexistir várias salas de leitura, de acordo com a natureza e o suporte do documento. Por exemplo: sala de leitura de microfilmes; sala de consulta de documentos sonoros e audiovisuais; sala de leitura de documentos informáticos; sala de leitura de espólios culturais e de documentos de grande dimensão. Esta divisão prende-se com razões de segurança e com a organização dos serviços. Em cada uma das salas de leitura deve sempre estar, pelo menos, um funcionário de vigilância. As salas devem ser amplas (sem colunas no meio) para permitir a boa visão do funcionário. Deve também existir um circuito fechado de vídeo – CCTV.

Os utentes poderão ficar um dia inteiro nas salas, por isso, as salas de leitura devem ser confortáveis e harmoniosas. É desejável uma boa iluminação natural e uma boa insonorização (através de vidros duplos e revestimentos anti-ruído). A relação ideal entre a superfície da sala e o número de leitores é de 5 m² por leitor. As mesas de trabalho podem ser individuais ou colectivas. De qualquer modo, a sua superfície deve ser de 1 m por 70

cm, a 65 cm do solo. As cadeiras dos leitores devem ser confortáveis, sólidas e revestidas por um material lavável.

Os ficheiros, os inventários e os catálogos são ferramentas de trabalho indispensáveis ao leitor. Poderão estar na sala de leitura, mas será sempre preferível uma sala especialmente designada para esse fim, próxima da sala de leitura. No caso da Biblioteca Nacional de Portugal, esta função é assegurada pela sala de referência. Demonstrando uma notável previsão, o arquitecto Pardal Monteiro construiu uma sala de vão duplo, garantindo que no espaço de 20 anos, os ficheiros manuais (então ainda fundamentais e em constante crescimento) seriam substituídos por sistemas de pesquisa informatizados. Os livros de referência – dicionários (temáticos, de língua portuguesa, bilingues, etc.), enciclopédias e livros de consulta - poderão ser colocados em estantes, com uma altura máxima de 2 m. A BNP aceita não só sugestões de aquisição, como sugestões de livros a colocar na sala de leitura geral, acessíveis ao público. Geralmente, é o que acontece quando uma obra se torna clássica e indispensável ao estudo de uma determinada disciplina.

A sala de fotocópias deve estar próxima da sala de leitura, num local arejado e suficientemente grande para instalar o equipamento. É desejável que esta sala tenha algumas estantes e seja insonorizada.

Os arquivos e as bibliotecas devem ser apelativos à comunidade local e assegurar um papel activo dentro do elenco de instituições culturais disponíveis. A necessidade de fomentar actividades (exposições, conferências, apresentação de documentos, projecção de filmes e receber escolas) tornou-se um requisito. Deve considerar-se a existência de um bar (para os funcionários e para o público).

Criado em 1990, como Centro de Documentação sobre o movimento neo-realista português, o projecto do Museu do Neo-Realismo evoluiu em torno da área arquivística e bibliográfica. Posteriormente, enriqueceu e diversificou o seu património, desenvolvendo

um vasto conjunto de colecções museológicas, com destaque para espólios literários e editoriais, arquivos documentais, acervos iconográficos, obras de arte, bibliotecas particulares e uma biblioteca especializada na temática neo-realista. Em 2007, o Município de Vila Franca de Xira inaugurou o novo edifício do museu, localizado na Rua Alves Redol, principal artéria da cidade. O edifício apresenta um conjunto de espaços para exposições temporárias, uma biblioteca temática e uma sala de documentos audiovisuais, um auditório para cerca de 100 pessoas, uma livraria e uma cafetaria. De notar que a cafetaria, com uma porta directa para a rua, foi amplamente adoptada pela população de Vila Franca de Xira, aproximando directa e indirectamente o público do museu.

A presença de um restaurante com serviço de refeições tornou-se quase indispensável, mas por razões de segurança e de higiene, deve tentar-se minimizar os riscos de segurança. Num arquivo moderno é preferível haver um bengaleiro no *hall* de entrada, para depositar casacos, guarda-chuvas, sacos e outros objectos proibidos na sala de leitura. Os objectos permitidos na sala de leitura devem ser transportados em sacos de plástico transparentes (tal como acontece na BNP, na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de França). A entrada, prévia ou anexa ao bengaleiro, pode ser o local ideal para instalar um ponto de segurança e informação, garantindo assim o acesso de leitores credenciados e informando aqueles que o pretendem ser.

O edifício de um arquivo deve estar equipado com um sistema de alarme que detecte sinais de incêndio, de intrusão e de inundação. Existem vários tipos de sensores: os electromecânicos (contactos magnéticos, instalados em portas ou janelas); os ultra-sónicos ou infravermelhos (detectores de movimento); de áudio (microfones instalados nas áreas protegidas) e fotoeléctricos (emitem um feixe de luz de um sensor para um receptor).

Todos os locais não abertos ao público (os depósitos e os locais de trabalho) devem estar isolados por portas que não possam ser abertas pelos leitores. A vigilância dos locais

abertos ao público pode ser assegurada quer directamente, quer por câmaras de televisão em circuito fechado (salas de leitura, de referência e de exposições).

Todas as áreas do edifício devem ser fechadas com um sistema de fecho e de controlo de chaves. É importante reservar um armário de chaves onde se guardam todas as chaves originais com os talões que mostram onde a fechadura se encontra. As chaves devem ser registadas num formulário cada vez que são entregues ou recebidas. As chaves especiais só podem ser entregues a pessoas com autorização. As chaves de emergência são mantidas em envelopes selados que são guardados em separado.

Os incêndios constituem uma das causas mais frequentes de danos em arquivos. Podem ser provocados por fenómenos naturais (trovoadas, inundação do sistema eléctrico); pela electricidade usada no edifício (sobrecarga de circuitos, ligações com demasiada utilização, faíscas, fontes de calor excessivas); por aparelhos de aquecimento; por falta de cuidado; por manutenção incorrecta (caixotes e contentores de lixo por despejar, manutenção insuficiente da zona de trabalho) e por combustão espontânea (produtos químicos armazenados a temperaturas indevidas ou produtos químicos misturados em doses incorrectas).

Os detectores de incêndio em arquivos devem ser do tipo misto, ou seja, detecção simultânea da temperatura e do fumo. O fogo propaga-se de três maneiras: por condução (o calor é transmitido de um corpo para outro por contacto directo), por convecção (o calor é transmitido por circulação) e por radiação (o calor é transmitido de um corpo para outro através de radiação térmica directa).

A extinção do fogo faz-se em diferentes fases: primeiro a extinção automática, em seguida a extinção manual pelo pessoal de serviço, finalmente a extinção assegurada pelos bombeiros. Os dispositivos de extinção automática mais conhecidos são os extintores de água, ditos *sprinklers*, mas a melhor solução para edifícios de arquivo é a extinção automática por meio de gás (dióxido de carbono). Existem extintores manuais de diversos

tipos. Os mais recomendáveis para os arquivos são os extintores de pó seco (bicarbonato de soda). A iluminação de emergência e a sinalização das saídas devem estar de acordo com as normas de segurança em vigor. É obrigatório prever dispositivos de evacuação, quer para pessoas, quer para a documentação (rampas de evacuação). Os danos provocados pela água podem ser causados por factores externos (rios, tempestades) ou internos (rotura de canalizações, sistemas de ar condicionado e sistemas de drenagem).

COMO SE ADQUIRE UM ESPÓLIO LITERÁRIO?

A título de segunda consideração preliminar, é de chamar a atenção para a precaução permanente que é preciso ter a fim de se evitar cair no fundamentalismo ou na banalização do património cultural ou, por outras palavras, num fundamentalismo intensivo e extensivo a respeito dos bens culturais. Pois bem, como acontece um pouco com todo o amplo campo do direito, também neste domínio não há bens ou valores jurídicos absolutos, mas bens ou valores jurídicos de algum modo relativos, bens cuja realização superlativa ou integral afecta, muitas vezes de forma irremediável, outros bens ou valores jurídico-constitucionais, o que implica o apelo às ideias de harmonização ou concordância prática, de ponderação ou equilíbrio, de proporcionalidade e de gradualidade, ideias estas a que, como havemos de ver, o direito do património cultural faz um constante e particular apelo³².

Setenta e seis anos depois da morte de Fernando António Nogueira Pessoa (1888-1935), no dia 13 de Novembro de 2008, Rui Pereira, director municipal de Cultura da Câmara de Lisboa, entrou nas instalações da leiloeira P4 Photography na Rua dos Navegantes, em Lisboa, e interrompeu um leilão de documentos, fotografias e objectos que pertenceram ao poeta.

Rui Pereira apresentou uma providência cautelar sobre 25 lotes que, alegadamente, já seriam pertença da autarquia (Casa Fernando Pessoa) há três décadas (1978/79). Apesar do documento apresentado, a leiloeira P4 Photography considerou a providência sem valor (por não ter o carimbo da câmara) e continuou o acto.

Segundo a Câmara Municipal de Lisboa e a Casa Fernando Pessoa, os herdeiros de Fernando Pessoa e a leiloeira P4 Photography preparavam-se para leiloar de forma ilegítima livros (ou partes de livros) que pertenciam à biblioteca do poeta, anteriormente adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa aos mesmos herdeiros.

³² NABAIS (2010: 22).

Manuela Nogueira, filha da irmã do poeta e co-herdeira com o irmão (Miguel Roza) do seu espólio considerou que «há uma manipulação e uma cruzada contra a família de Fernando Pessoa». A afirmação surgiu na sequência do polémico leilão que foi notícia devido à actuação do director municipal de Cultura da Câmara de Lisboa.

De acordo com a definição do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea³³, espólios são «os arquivos que correspondem ao conjunto de documentos, manuscritos e similares, produzidos e coleccionados por um autor. Mantêm, em princípio, **a unidade estabelecida pela personalidade que lhe dá nome.**» E acrescenta: «Embora as características de cada acervo variem em função da actividade literária e da intervenção cultural e cívica do autor são, regra geral, **unidades orgânicas** compostas por uma ou mais versões dos seus manuscritos, pelos documentos que lhe foram enviados (correspondência, por exemplo) e pelos que o próprio colecionou. Os mais recorrentes são os conjuntos de recortes de imprensa, as fotografias, os documentos biográficos ou os manuscritos de terceiros» (sublinhados nossos).

Expressões como «a unidade estabelecida pela personalidade que lhe dá nome» ou «unidades orgânicas» sugerem que o traço distintivo de um acervo documental descrito como «espólio» radica na conservação integral dos papéis de um autor ou personalidade de importância reconhecida. É esta putativa integralidade³⁴ que distingue, em termos da arquivística literária, um espólio de uma «coleção» ou de «avulsos».

Comprado pelo Estado em Dezembro de 1979, o Espólio de Fernando Pessoa (BNP Esp. 3) foi depositado na Biblioteca Nacional no mesmo mês e ano e incorporado nos seus fundos em Outubro de 1980. Passou à tutela do ACPC em Janeiro de 1981. Em 1990 foram adquiridos os manuscritos *Mensagem* e *O Guardador de Rebanhos* (BNP F. 6063-6064), a expensas da Comissão dos Descobrimentos e do Banco Comercial Português. Em

³³ <http://acpc.bn.pt/>, consultado em 24-09-2011.

³⁴ Para tal basta que não haja, no momento da classificação, informações de que o acervo documental está incompleto.

2007 a BNP adquiriu um caderno por ajuste directo aos herdeiros do escritor. No mesmo ano o acervo foi acrescido com mais quatro documentos adquiridos em leilão: o manuscrito *Indícios de Ouro* de Sá-Carneiro, dois cadernos de recortes de imprensa sobre o *Orpheu*, organizados e anotados também por Sá-Carneiro, bem como um álbum com um conjunto de outros recortes.

Poeta ímpar no universo das letras portuguesas, Fernando Pessoa é hoje considerado um dos maiores vultos da poesia europeia do século XX. Deixou impressa, em vida, apenas uma pequena parte da sua produção literária, dispersa pelas principais revistas do movimento modernista ou incluída no livro *Mensagem* (1934). É hoje o poeta português contemporâneo mais estudado e traduzido³⁵.

No dia 14 de Outubro de 2008, i.e., um mês antes do anunciado e publicitado leilão, o director-geral da Biblioteca Nacional de Portugal, Jorge Couto, em nome do Ministério da Cultura, fez publicar o seguinte anúncio:

Anúncio n.º 6352/2008

A Biblioteca Nacional de Portugal, na qualidade de instituição a quem o Estado conferiu a missão de garantir a classificação e a inventariação do património bibliográfico nacional, considera que **o Espólio documental de Fernando Pessoa deve ser qualificado de interesse nacional**, nos termos do n.º 3, do artigo 15.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. O testemunho de valor de civilização e de cultura que o Espólio documental de Fernando Pessoa representa deve ser alvo de especial protecção e valorização, nos termos do artigo 2.º da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), atendendo ao relevante interesse cultural, designadamente, histórico, linguístico, documental, artístico e social, reflectindo valores de memória, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade. Nos termos do n.º 4, do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a abertura do procedimento de classificação estabelece, desde logo, um conjunto de medidas especiais de protecção sobre os bens em vias de classificação. Conhecendo-se a existência de partes componentes do espólio, cuja localização se ignora, bem como os seus proprietários, detentores ou possuidores, notificam -se os interessados para a audiência prévia, prevista nos termos do artigo 27.º da Lei 107/2001, de 8 de Setembro, e dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, para,

³⁵ http://acpc.bn.pt/espolios_autores/e03_pessoa_fernando.html, consultado em 24-09-2011.

querendo, dizerem por escrito o que se lhes oferecer, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da publicação do presente anúncio (sublinhado nosso).

Subtraído o tom melodramático, Manuela Nogueira e a família têm razões de descontentamento. Não só a propriedade de um número significativo de lotes foi posta em causa pela providência cautelar da Câmara Municipal de Lisboa, como a classificação do espólio de Fernando Pessoa como «de interesse nacional» introduziu um parceiro desigual e indesejado no jogo da fortuna.

A classificação do espólio de Fernando Pessoa como Património Nacional tem várias consequências. Após a notificação de todos os proprietários conhecidos, todos os possuidores não conhecidos de documentos de Pessoa devem dar conhecimento do seu paradeiro à Biblioteca Nacional, sendo os mesmos documentos objecto de limitações à movimentação: os documentos «nunca poderão sair de Portugal em termos permanentes, mesmo que mudem de proprietários» afirmou Jorge Couto. Compreensivelmente, os herdeiros e a leiloeira P4 entregaram o caso a um advogado «porque se trata de uma questão jurídica». É uma questão jurídica, mas é igualmente uma questão financeira. Considerando que a admiração por Fernando Pessoa não se circunscreve ao território nacional, que a globalização chegou há muito ao mundo dos leilões, podemos admitir que as limitações à movimentação, bem como a polémica em torno da posse e do estatuto dos documentos, reflectir-se-ão no número dos licitadores e nos valores que os lotes poderão agora alcançar.

Os *media* noticiaram que a família detém um espólio disperso que inclui, por exemplo, cerca de trinta livros que pertenceram a Fernando Pessoa, alguns deles oferecidos por outros escritores e que contêm dedicatórias. A título indicativo, num leilão realizado em Dezembro de 2007, em Lisboa, um particular adquiriu por onze mil euros (11.000 euros) uma fotografia de Fernando Pessoa aos dez anos, com uma dedicatória, oferecida pelo poeta a uma amiga. Os valores são, sem dúvida, atractivos.

Finalmente, a compra pelo Estado de lotes do espólio de Fernando Pessoa após o leilão reacendeu o debate sobre a importância de adquirir espólios e peças de interesse cultural nacional. O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, afirmou então que os «recursos são fracos» e apelou à compreensão das famílias para a preservação dos legados de extraordinário interesse cultural, oferecendo-os ao Estado, como aconteceu com os dos escritores José Cardoso Pires e Jorge de Sena. Todavia, «a compreensão, por parte dos herdeiros, da noção de preservação da documentação» é, muitas vezes, incompatível com os legítimos interesses dos proprietários dos espólios culturais. Na prática, o ministro da Cultura espera que privados subsidiem indirectamente a política de aquisições do Estado, pois as doações ou o mecenato não dependem do Orçamento.

O assunto é igualmente abordado por David Santos, coordenador do Museu do Neo-Realismo, ao sublinhar enfaticamente a importância da generosidade dos doadores:

Cerca de vinte anos após a formalização dessa vontade expressa, e depois do Museu do Neo-Realismo ter recebido, ao longo deste período, mais de trinta espólios de outros escritores de alguma forma ligados ao movimento neo-realista, o gesto de Manuel da Fonseca ganha uma importância extraordinária, pois constitui o exemplo fundador de uma credibilização institucional e museológica que, sem o apoio e o contributo real dos autores (e suas famílias) que fizeram o neo-realismo, dificilmente se confirmaria, pois sabemos quanto os museus de Portugal dependem, para lá do empenho dos elencos políticos, da generosidade dos doadores e de todos aqueles que são sensíveis à ideia de património cultural, sua preservação e memória³⁶.

A política do Estado consiste na aquisição de bens culturais de interesse público, sempre que possível, através de mecenato directo ou indirecto³⁷. Os lotes de Fernando Pessoa adquiridos pelo Estado, através do exercício do direito de preferência, foram garantidos graças ao mecenato da REN (Redes Energéticas Nacionais).

³⁶ SANTOS (2011: 9).

³⁷ Comprar e colocar à disposição do público, como no caso do quadro *Súplica de Inês de Castro*, de Vieira Portuense. A tela, adquirida por um particular num leilão em Paris, é propriedade da Fundação Caixa Geral de Depósitos e encontra-se depositada em regime de comodato no Museu Nacional de Arte Antiga.

Manuela Nogueira garante que «pensámos que aquilo [documentos, fotografias e objectos] não tinha valor literário e podia ir a leilão porque no que tiver valor o Estado tem sempre direito de preferência». Segundo os herdeiros, há ainda muitos documentos em sua posse que pertenceram a Fernando Pessoa, mas não têm valor para os estudiosos, apenas para os colecionadores. A idade avançada dos herdeiros e a existência de vários filhos e netos contribui também para o desejo de disporem do património do poeta. A sobrinha de Fernando Pessoa considera que o Estado pagou um preço exíguo pelo conteúdo da famosa arca e queixa-se de que os direitos de autor nem sempre foram pagos.

Não nos compete averiguar da verdade ou justiça das afirmações dos herdeiros de Fernando Pessoa, mas é legítimo discutir a política de aquisições do Estado e os instrumentos que possui (classificação e direito de preferência) e o modo como esses mesmos instrumentos alteram as relações entre as partes numa transacção comercial. Não discutimos as virtudes de um sistema de classificação e protecção do património cultural nacional, mas é nossa convicção que esse sistema não deve compensar a pobreza do Estado, nem fundamentar um «direito de pernada» sobre o património legítimo dos cidadãos. Como afirma José Casalta Nabais, «no recorte e aplicação dos instrumentos de protecção e valorização do património cultural, há que proceder a uma ponderação permanente entre a defesa e a valorização do património cultural e a salvaguarda de outros bens ou valores constitucionais, designadamente os consubstanciados nos direitos, liberdades e garantias fundamentais, como, por exemplo, os direitos de propriedade privada, de reserva da vida privada individual, familiar e comunitária, da liberdade religiosa, de preservação da vida comunitária e do correspondente pressuposto ou suporte económico, etc.»³⁸.

³⁸ José Casalta Nabais apresenta o caso das gravuras de Foz Côa e o impacto a médio e a longo prazo da decisão «fundamentalista» de preservar as gravuras rupestres. A sua sugestão é que a não construção da barragem no rio Côa pode privar a comunidade do suporte económico necessário à sua própria conservação. NABAIS (2010: 22).

Em *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo* (2004), Lucília Runa vai um pouco mais longe, advertindo para as eventuais consequências da aplicação dos instrumentos de protecção: «Embora podendo recorrer à figura da classificação como arquivo histórico, tentando assim salvaguardar os interesses do cidadão, a verdade é que este tipo de procedimentos desagrada frequentemente aos proprietários, que passam a ter obrigações acrescidas e vêm [sic] diminuído o valor venal da documentação, podendo as contrapartidas dadas pelo Estado não colmatar essa quebra. Além do mais, este expediente nem sempre consegue evitar os problemas a que pretendeu obviar. Quanto mais relevante o produtor do fundo, maior o interesse pela obtenção de autógrafos por parte dos colecionadores, e mais tentadora a venda isolada ou parcelar de documentos. Embora o IAN/TT possa exercer, em situação de venda pública, o seu direito de preferência, **deve fazê-lo com cuidado, sob pena de ver a sua tarefa dificultada no futuro, seja por compradores que se viram impossibilitados de adquirir o que pretendiam, seja pelos livreiros, que podem igualmente sentir-se prejudicados**» (sublinhado nosso)³⁹. A argumentação parece-nos extraordinária e reveladora. Não só é atestada a possibilidade de as contrapartidas do Estado não amortizarem a perdas financeiras resultantes da classificação (o que diz muito do modo como o Estado dispõe do património dos cidadãos), como se advoga uma política de apaziguamento de compradores e livreiros, o que denuncia a debilidade negocial do Estado e dos seus agentes. Todavia, e independentemente do proprietário da documentação, Lucília Runa lembra (e bem) que ao arquivista interessa, antes de mais, preservar a integridade dos fundos, impedir o seu desmembramento, a sua exportação, garantir a sua preservação física e o acesso por parte dos cidadãos:

Quando falamos de arquivos de personalidades políticas referimo-nos, antes de tudo o mais, a documentação produzida por indivíduos. Podem constituir

³⁹ RUNA (2004: 148).

fundos *de per se* (Humberto Delgado, Salazar, 1.º e 2.º Marquês de Ávila e Bolama – fundos de pessoas singulares) ou ser parte integrante de um fundo produzido por uma família (caso de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, cuja documentação, se bem que perfeitamente individualizada, integra o fundo da Família *Ferreira do Amaral*).

Mas trata-se, e é importante ter sempre presente este facto, de documentação privada. Após o desaparecimento do produtor pertence à respectiva família, que dela deve dispor, e que lhe reconhece um duplo valor: afectivo e venal. O valor histórico que lhe é reconhecido implica ser considerada património arquivístico nacional, mas não deixa por isso de ser pertença de particulares, situação que pode criar conflitos de interesse que é importante gerir e resolver a contendo das partes.

São várias as formas de aquisição por parte de um serviço de arquivo, sendo sempre possível a salvaguarda da posse por parte da família. Ao arquivista interessa, antes de mais, preservar a integridade dos fundos, ou seja, impedir que se desmembrem, seja pela partilha entre herdeiros seja pela venda em parcelas, impedir que sejam exportados, garantir a sua preservação física e o acesso por parte dos cidadãos⁴⁰.

O risco de «exportação» de fundos arquivísticos não é tão remoto como se possa pensar. Como já foi dito, não só o arquivo pessoal do britânico Salman Rushdie foi adquirido pela americana Universidade de Emory (entre inúmeros outros exemplos possíveis), como Teresa Rita Lopes lembra que o espólio de Fernando Pessoa correu o risco de ter sido adquirido por uma entidade estrangeira⁴¹.

Contudo, antes de se transformarem em veículos da ambição familiar, alvos da cobiça de livreiros e universidades estrangeiras, pomos de discórdia entre herdeiros e instituições públicas, os arquivos literários têm de acompanhar os seus produtores no *cursus honorum* do prestígio cultural. A crítica especializada, os prémios literários⁴² e a academia são os sinais de apontam esse caminho:

⁴⁰ RUNA (2004: 147).

⁴¹ «O espólio que mais tenho frequentado tem sido, de facto, o de Fernando Pessoa. Conheci-o ainda em casa da família do Poeta, pouco depois do Ministro da Educação, então José Hermano Saraiva, o ter mandado arrolar – faça-se-lhe essa homenagem! – acudindo ao ansioso apelo que lhe fiz, através de António José Saraiva, pois em Paris, onde vivíamos, chegou-me de fonte limpa que corríamos o risco que fosse adquirido por uma entidade estrangeira». PORTUGAL (2007: 160).

⁴² «Este facto é ainda mais importante se pensarmos nos prémios que permitem a um aspirante a escritor publicar o livro distinguido. É o caso dos prémios de revelação, que asseguram aos jovens escritores a edição do livro e que, dessa forma vêm abertas as portas de um universo cuja condição primeira de acesso é a publicação de uma obra, factor essencial para a sua identidade social de escritor». GEORGE (2002: 49).

O desenvolvimento da crítica nas universidades deve-se, segundo Van Rees, à importância crescente da obra literária como parte do património nacional. Pelo que, ser incluído nos currícula dos liceus e das universidades passou a ser **um mecanismo de consagração** importantíssimo. Embora sem informação pormenorizada a este respeito, sabe-se que José Saramago, Agustina Bessa-Luís e Vergílio Ferreira fazem parte das leituras obrigatórias, pelo menos, nos liceus (aliás, três dos escritores mais premiados) (sublinhado nosso)⁴³.

Ora, dos três escritores citados por João Pedro George, apenas Agustina Bessa-Luís não tem um núcleo documental com o seu nome no Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea. A sugestão é clara: tal como a inclusão nos *currícula* dos liceus e das universidades, a adopção de um escritor pela Biblioteca Nacional de Portugal é um mecanismo de consagração importante ou, pelo menos, o reconhecimento institucional dessa mesma consagração.

Na sua análise do meio literário português, George problematiza a natureza retórica do argumento da autonomia do mundo literário, partindo do caso da França durante a Segunda Guerra Mundial: «Se a nossa análise ficasse por este acontecimento [França Ocupada], teríamos provavelmente de concordar com a tese de Sapiro. Todavia, esta hipótese [uma certa autonomia no modo de funcionamento da vida literária] revela as suas fragilidades à medida que vamos avançando no tempo e que nos apercebemos da natureza retórica do argumento da autonomia do literário, o qual tem servido, consoante as circunstâncias, para fins de disputa política»⁴⁴.

Assim, não nos deve surpreender que um capítulo do catálogo *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea* (e da exposição que lhe deu origem) tenha como título «Memória e Liberdade» e ilustre de diferentes maneiras os contornos da censura, com particular destaque para o período do Estado Novo: «Entre outros, temos: os debates sobre a liberdade e a censura na imprensa e na edição (quase recorrentes); a diplomacia; as guerras; as associações secretas; as prisões (de sempre); as conspirações (para

⁴³ GEORGE (2002: 97).

⁴⁴ GEORGE (2002: 113).

derrubar governos ou impor um novo regime); ou a resistência aos poderes estabelecidos (vistos como ilegítimos)»⁴⁵.

A função de Ken Plummer, enquanto sociólogo, é questionar-se acerca dos critérios de selecção dos documentos pessoais, i.e., o fascínio e a preferência sistemática pelas grandes figuras, em detrimento do homem comum. Na nossa cultura democrática, a pergunta tem de ser feita e não é totalmente ingénua. A resposta é dada pelo próprio: «Seleccionam-se “grandes homens” – Goethe, Lutero, Napoleão, Gandhi, Hitler – porque somente neles podemos encontrar certos valores e crises que têm uma relevância para a época em que vivem muito maior que os valores e crises do homem comum»⁴⁶.

Em *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo*, Maria Filomena Mónica descreve o *estado da arte* relativamente aos espólios das grandes figuras políticas de oitocentos: «Começo pelo facto mais chocante: o desinteresse generalizado das famílias pela preservação dos espólios que herdaram. Muitos descendentes não querem vender, nem doar, nem pôr em depósito o que detêm. As excepções contam-se pelos dedos de uma mão. [...] Mas a maioria das grandes casas nobres assemelham-se aos Resendes, os quais, para escândalo de Eça de Queirós, guardaram documentos antigos, como as cartas de D. Sebastião, numa cave húmida»⁴⁷.

Parecendo referir-se ao Caso Pessoa, Mónica sugere que «[m]esmo quando decidem vender os arquivos ao Estado, as famílias nem sempre disponibilizam tudo o que tem [sic], guardando para si o que pensam valer mais»⁴⁸.

Todavia, «[a]s críticas não podem ser dirigidas, apenas, nem sobretudo, aos privados. Pelo lado do Estado, a quem compete a responsabilidade maior, muito há a fazer.

⁴⁵ PORTUGAL (2007: 438).

⁴⁶ «Se seleccionan “grandes hombres” - Goethe, Lutero, Napoleón, Gandhi, Hitler – porque solamente en ellos podemos encontrar ciertos valores y crisis que tienen una relevancia para la época en que viven mucho mayor que los del hombre común». PLUMMER (1989: 101).

⁴⁷ MÓNICA (2004: 169).

⁴⁸ MÓNICA (2004: 169).

Nomeadamente, conhecer o que detêm [sic], incentivar as doações e catalogar o que está à sua guarda. Nalguns casos, será necessário voltar a arrumar o que aparentemente já o estava. Quando, há alguns anos, pedi para consultar o Cartório da Casa Real, numa tentativa para ler as cartas que o rei D. Pedro V escrevera para seu tio, deparei-me com um maço, ostentando na capa os seguintes dizeres: “cartas de um tal Alberto”⁴⁹.

Fátima Lopes («Como se trabalha no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea»), descreve o conjunto de operações que decorrem entre a chegada de um espólio literário às instalações do arquivo e a sua consulta pelos leitores:

Falar do conjunto de operações inerentes ao “trabalho” em espólios literários remete para a sua passagem do domínio privado ao público. Optemos, então, por iniciar este texto em jeito de homenagem aos antigos proprietários, recorrentemente os herdeiros, mas também os próprios autores, que abdicam do *seu património afectivo* em prol do enriquecimento do património nacional. Os números ilustram bem o significado desta ideia. Senão, vejamos: dos 135 acervos documentais actualmente existentes [2007], 61 (45,19%) foram adquiridos por doação, 57 (42,22%) por compra, 12 (8,89%) em regime de depósito e 5 (3,70%) por transferência. Podemos assim inferir que existe, por parte da comunidade, o reconhecimento de que este tipo de património, ou herança de família, ao ser transformado em património nacional, tem um papel relevante para o estudo da obra do autor e do seu tempo, o que será o mesmo que dizer, para um melhor aprofundamento da história da literatura e cultura portuguesas. Se tal se deve à existência de um Arquivo com estas características, então parte dos objectivos da sua criação foram conseguidos.

Se tomarmos como referência a lista topográfica dos fundos e excluirmos os acervos existentes à data da constituição do serviço, logo nesse ano de 1981, foram doados três: o de José Marinho, o de Mário Cesariny e o de João Palma Ferreira, então director. São, portanto, significativas as dádivas sem contrapartidas monetárias desde a formação deste espaço de recolha, preservação e divulgação de uma parcela da nossa memória colectiva: a construção das letras e seus testemunhos dos séculos XIX e XX⁵⁰.

A referência casual à doação, em 1981, do acervo de João Palma Ferreira, «então director» da Biblioteca Nacional, a par da doação da colecção de Manuel Vilaverde Cabral, iniciada em Junho de 1988, quando o mesmo era – também – director da Biblioteca Nacional, levanta, em nosso entender, questões metodológicas, para não dizer éticas.

⁴⁹ MÓNICA (2004: 170).

⁵⁰ PORTUGAL (2007: 51-52).

Congratulamo-nos com a presciência de Palma Ferreira e Vilaverde Cabral, capazes de antecipar a importância do seu trabalho no decurso do Tempo, mas não deixa de ser problemática a doação de um acervo pessoal à instituição pública da qual se é director.

Todavia, e mais importante do que os casos particulares de Palma Ferreira e Vilaverde Cabral é a política de aquisição (e aqui, e para já, não fazemos qualquer distinção entre a compra e a doação) de acervos literários.

Em *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*, os depoimentos de Onésimo Teotónio Almeida e Richard Zenith ilustram, cada um a seu modo, os riscos que resultam da ausência de uma política de aquisição clara e objectiva. Reclamar «objectividade» num campo como o dos arquivos culturais não deixa de ser temerário, mas acreditamos que a inexistência de critérios ou a subjectividade casuística não são fatalidades inelutáveis⁵¹. Se o Centro Mário Dionísio (Casa da Achada) e o Museu do Neo-Realismo têm, à partida, o seu acervo constituído ou tematicamente delimitado, o mesmo é mais difícil de afirmar em relação ao Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, pois o universo da «cultura portuguesa contemporânea» é substancialmente mais vasto, de fronteiras fluidas e, logo, mais passível de escolhas e selecções. A título de exemplo, e ao lado de Eça de Queirós e Mário Cesariny, o guia dos acervos do ACPC apresenta Eliezer Kamenezky (1888-1957), um judeu russo que, proveniente do Brasil, se instalou em Lisboa nos anos vinte, advogando o naturismo, fazendo amizade com Fernando Pessoa e deixando inédita uma autobiografia romanceada («Peregrinando»). Não se leia aqui qualquer tipo de chauvinismo ou preconceito. Nada nos move contra a Rússia ou, sequer, contra o naturismo. O nome de Eliezer Kamenezky serve aqui apenas para realçar a diversidade, nem sempre óbvia, daquilo a que se convencionou chamar cultura portuguesa, pois «Peregrinando» é uma obra em língua portuguesa.

⁵¹ O Museu do Neo-Realismo, por princípio e por razões financeiras, só aceita doações.

Até mesmo o museu de Vila Franca de Xira, ao descrever o movimento neo-realista como intervenção política no real, abre inteligentemente o campo da sua acção, nomeadamente em termos de programação de exposições temporárias:

Na verdade, o Museu do Neo-Realismo tende hoje a ultrapassar as fronteiras da sua vocação temática original para se situar, cada vez mais, no território das ideias e da cultura do século XX, relacionando assim outras correntes literárias, artísticas e de pensamento. Esta nova amplitude temática tem ajudado a clarificar de modo crítico o eco produzido pelo neo-realismo junto de várias gerações de escritores, artistas e intelectuais portugueses. Acreditamos, com efeito, que só dessa forma será possível amplificar o eco do movimento neo-realista e do seu legado patrimonial. Esse é o nosso objectivo principal, na certeza de que o sentido e o propósito do Museu do Neo-Realismo sairão deste modo reforçados⁵².

Onésimo Teotónio Almeida («Os espólios não caem do céu») recorda que «[...] o espólio de [José Rodrigues] Miguéis foi parar a essa biblioteca [John Hay Library da Brown University] rica em manuscritos de escritores americanos (e Miguéis era-o também), porque a viúva Camila Miguéis tentou primeiro oferecê-lo à Biblioteca Nacional, mas não encontrou qualquer eco e receava morrer deixando o espólio do escritor ao desbarato. [...] A verdade é que ninguém na altura pareceu interessar-se por ele, nem havia grande apoio institucional para recolha desse tipo de documentação. Pelo menos as pessoas seriamente interessadas não tinham poder de decisão capaz de fazer alterar atitude cultural dominante. [...] Os tempos são outros, felizmente»⁵³.

Richard Zenith («Uma grande tertúlia de escritores mortos») saúda a política «expansionista» que coloca à disposição dos investigadores «[...] a cada ano que passa, **novos espólios de escritores por vezes fundamentais, outras vezes nem tanto**, mas que me surpreendem com cartas e outros escritos relativos àqueles autores que para mim são indispensáveis» (sublinhado nosso)⁵⁴. Porém, Zenith lembra o enorme privilégio (que não deve ser dado como adquirido e universal, pois não é esta a situação em outros países

⁵² SANTOS (2007: 11).

⁵³ PORTUGAL (2007: 158).

⁵⁴ PORTUGAL (2007: 159).

européus) da concentração num mesmo lugar de um número muito significativo de fundos, da profícua comunicação entre espólios, autores, em suma, da tertúlia de mortos-vivos.

Genericamente, podemos afirmar que a missão dos arquivos é a recolha, preservação e divulgação da memória documental de uma comunidade. Os serviços que prestam, os produtos que oferecem e os custos das tarefas envolvidas, transformam, na prática, estas organizações em sinónimos de instituições públicas, afastando-as das práticas empresariais das sociedades capitalistas. Todavia, o facto de serem instituições públicas não justifica *per si* a sua existência.

Para algumas culturas políticas, a simples existência de um ministério da cultura é um contra-senso. Tradicionalmente, têm uma concepção conservadora da acção do Estado. O Estado deve guardar os monumentos, manter os museus abertos e preservar o património bibliográfico nacional, mas não deve subsidiar a criação artística ou literária, financiar um teatro de ópera ou, supomos nós, adquirir o espólio literário de um autor não consagrado.

Hoje, as sociedades ocidentais confrontam-se com uma crise financeira mundial e com uma multiplicidade crescente de solicitações, pelo que a discussão da relação custo/benefício de determinadas instituições é uma questão cada vez mais importante. Assim, é conveniente que os arquivos saibam exactamente o papel que desempenham, o serviço que prestam e o produto que oferecem e que justifiquem plausivelmente o dinheiro que a sua manutenção e funcionamento custa aos contribuintes. Suspeitamos que argumentos vagos acerca da importância da «cultura» para a formação dos «cidadãos» não convençam detractores acérrimos, habituados a conceber os indivíduos cada vez mais como «consumidores» e não como membros de uma mesma comunidade. Quando algumas pessoas defendem que os seus impostos não devem financiar a construção de uma auto-estrada no distrito de Bragança, porque *não vivem* em Bragança, entrevemos até onde alguns

de nós estão dispostos a levar a discussão. Questões como o número e o grau de satisfação dos utilizadores, a diversidade e a qualidade dos serviços de apoio (cafetaria, acesso à *Web*, reprodução de documentos, etc.) são cada vez mais importantes na batalha pela sobrevivência dos arquivos. Nesta guerra, os arquivos e as bibliotecas patrimoniais enfrentam, para além da aquisição de espécies, um outro desafio particular: o equilíbrio entre a conservação dos acervos documentais e bibliográficos e o cumprimento da sua função social: o serviço público. Até há pouco tempo, funcionários cujo salário não depende do número de leitores da biblioteca onde trabalham, sugeriam, aos leitores que os procuravam, uma outra biblioteca pública, por aquela onde se encontravam ser «uma biblioteca patrimonial». Não pomos em causa o conceito de *biblioteca patrimonial* ou a sua necessidade como forma de preservação do património bibliográfico nacional, mas a verdade é que uma biblioteca, sem leitores, mais não é que um depósito de livros.

Imaginamos que a situação acima descrita pudesse ser um exemplo aduzido num manual de marketing, mas se o fosse não seria pelas melhores razões. Se a função do marketing é «transformar a primeira impressão num acto positivo», é seguro dizer que no caso em apreço tal não foi conseguido. Infelizmente, suspeitamos que nem sequer foi tentado. Há um tipo particular de autismo na gestão de certas organizações que consiste em confundir a missão com a perpetuação dos processos internos, como se os segundos equivalessem à primeira. Obviamente, para quem está de fora (neste caso o leitor), ignorante da multiplicidade de tarefas subjacentes ao funcionamento do arquivo ou da biblioteca, torna-se difícil explicar a não observância da lei do depósito legal, o mau estado dos periódicos ou o tempo de espera na sala de leitura, quando se depara (muitas vezes) com uma instituição fechada e pouco convidativa. Resta lembrar que o marketing é «uma abordagem de gestão que põe o utilizador em primeiro lugar», que investiga, detecta necessidades e propõe formas de resposta e esperar que estes desígnios sejam uma prática nos arquivos literários portugueses.

CONCLUSÃO

Quer no campo da classificação patrimonial, quer no campo das condições físicas de acolhimento, aprez-nos registar que, nos casos em análise (o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea e o Museu do Neo-Realismo), observámos não só uma reflexão crítica acerca da salvaguarda de conteúdos intelectuais e culturais, nomeadamente a que subjaz à designação de um objecto cultural como «tesouro nacional», mas também o respeito pelas regras e boas práticas que a Arquivística tem defendido nos últimos decénios. Foi com satisfação que revisitámos a qualidade arquitectónica do projecto original de Porfírio Pardal Monteiro e o cuidado colocado na presente intervenção na Biblioteca Nacional de Portugal. Não é apenas uma questão de ampliação da torre dos depósitos, mas uma intervenção profunda no edifício existente que implicará a integral substituição de todos os sistemas técnicos, ficando, assim, todo o edifício dotado de equipamentos actualizados que garantirão rigorosas condições de preservação do património bibliográfico e arquivístico nacional para as gerações vindouras.

Todavia, nem tudo é perfeito. Embora pensando na relação da História com as Ciências da Informação, Maria de Lurdes Rosa sugere uma relação desigual à qual a arquivística literária, não está imune: «É de facto necessário ultrapassar o que os cientistas da informação chamam de “paradigma historicista”, ou seja, um olhar para os arquivos/“sistemas de informação” apenas a partir dos dados deles extraíveis para resposta a um inquérito historiográfico – perspectiva instrumentalista que foi acompanhada de outras subalternizações, a começar por uma relação de poder científico (?): a história como

ciência nobre, a arquivística como “ciência auxiliar” (ou, mesmo, apenas “técnica”)⁵⁵. Curiosamente, os riscos de subalternização não residem apenas numa perspectiva instrumentalista, mas também no estatuto de uma disciplina social e profissionalmente pouco visível.

Contudo, há uma questão maior do que o estatuto da arquivística literária, uma escolha que define a própria disciplina. Na medida em que os espólios literários são sobretudo utilizados enquanto fonte a investigar para o traçado da génese de uma obra, os objectos extragráficos que acompanharam o processo de escrita (óculos, caneta, papel, máquina de escrever, computador, etc.) não são habitualmente incluídos. O mesmo acontece com a biblioteca dos autores. Porém, a verdade é que um espólio, em sentido mais lato, abrangerá todos estes elementos patrimoniais que se juntam aos textos, antetextos, éditos, inéditos, às cartas recebidas e a toda a sorte de documentos biográficos que permitem contextualizar os sucessivos momentos da obra literária⁵⁶. Por um lado, uma opção tradicional e conservadora (aqui representada pelo Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea), por outro, uma atitude ecuménica e inclusiva (representada pelo Museu do Neo-Realismo).

O caso mais célebre envolve, mais uma vez, Fernando Pessoa. A famosa arca em que Fernando Pessoa acumulava os seus manuscritos (mais de 25 mil páginas, hoje à guarda da Biblioteca Nacional) foi vendida num leilão por 59.500 euros, a um particular que não se identificou, mas que disse, segundo o jornal *Público*, ser sua intenção oferecê-la ao pai, «um grande colecionador de Pessoa que vive no Norte do país». Obviamente, o lugar da arca de Pessoa era na Biblioteca Nacional (ou na Casa Fernando Pessoa), mas constrangimentos financeiros e, mais importante, uma concepção minimalista do que é um

⁵⁵ ROSA (2009: 10-11).

⁵⁶ MARQUILHAS, Rita, «Espólio», *E-Dicionário de Termos Literários*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/E/espolio.htm>, consultado em 24-09-2011.

espólio arredou da esfera pública, quem sabe para sempre, um dos objectos icónicos do século XX português.

ANEXO 1:

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea – Lista alfabética geral

Autor	Cota Acervo	Cota Microfilme
A		
A., Rúben , 1920-1975	BNP Esp. E35	
ABELAIRA, Augusto, 1926-2003	BNP Esp. E41	
ABRANCHES, Pais , 1837-1917	BNP Esp. E26	
AL BERTO, pseud.	BNP Esp. E49	
ALMEIDA, José e João Moreira de , 1869-1925/1892-?	BNP Esp. N18	
AMARO, Luís , 1923-	BNP Esp. N5	
AMEAL, João , pseud.	BNP Esp. E37	
ARANHA, Brito , 1833-1914	BNP Esp. N31	
ARNOSO, conde de , 1855-1911	BNP Esp. E32	
AROUCA, Família [17-?-196?]	BNP Esp. N67	
ARQUIVO HISTÓRICO-SOCIAL [c. 1900-1987]	BNP Esp. N61	
B		
BARROS, Gama , 1833-1925	BNP Esp. N14	
BARROS, João de , 1881-1960	BNP Esp. N11	
BELCHIOR, Maria de Lurdes, 1923-1988	BNP Esp. E42	
BENOÏT, Francine , 1894-1990	BNP Esp. N33	
BOTO, António , 1897-1959	BNP Esp. E12	
BRAGANÇA, José de , 1892-1982	BNP Esp. E9	
BRANDÃO, Raul , 1867-1930	BNP Esp. D2	
BRUNO, Sampaio , pseud.	BNP Esp. N22	BNP F. 5287
C		
CABRAL, Manuel Vilaverde , 1940-	BNP Esp. N20	
CARNEIRO, Mário de Sá , 1890-1916	BNP Esp. N50	
CARVALHO, Augusto Silva , 1861-1957	BNP Esp. E13	
CARVALHO, Mariano de , 1836-1905	BNP Esp. N16	
CARVALHO, Rómulo de , 1906-1997	BNP Esp. E40	
CASIMIRO, Augusto , 1889-1967	BNP Esp. D5	
CASTELO BRANCO, Camilo , 1825-1890	BNP Esp. N23	

CASTELO BRANCO, Fernando, 1926-	BNP Esp. N73	
CHAVES, Castelo Branco, 1900-1992	BNP Esp. E45	
CESARINY, Mário, 1923-2006	BNP Esp. N3	
CIDADE, Hêrnani, 1887-1975	BNP Esp. E36	
COCHOFEL, João José, 1919-1982	BNP Esp. E23	
CORREIA, Alves, 1860-1906	BNP Esp. N58	
CORREIA, Margarida Jácome, 1919-1996	BNP Esp. N51	
CORREIA, Natália, 1923-1993	BNP Esp. D9	
CORREIA, Natália, 1923-1993	BNP Esp. N65	
CORTÊS, Alfredo, 1880-1946	BNP Esp. N46	
CORTESÃO, Jaime, 1884-1960	BNP Esp. E25	
COSTA, Gomes da, 1863-1929	BNP Esp. N4	
COUCEIRO, Paiva, 1861-1944	BNP Esp. N34	
D		
DIAS, Carlos Malheiro, 1875-1941	BNP Esp. D4	
E		
ESPANCA, Florbela, 1894-1930	BNP Esp. N10	BNP F. 1710
ESTEVIÃO, José, 1809-1862	BNP Esp. N49	
EUSÉBIO, José de Almeida, 1881-1945	BNP Esp. N40	
F		
FERRÃO, Abranches, 1908-1959?	BNP Esp. E30	
FERREIRA, Alberto, 1920-2000	BNP Esp. E38	
FERREIRA, João Palma, 1931-1989	BNP Esp. N2	
FERREIRA, Vergílio, 1916-1996	BNP Esp. E31	
FIGUEIREDO, Fidelino de, 1889-1967	BNP Esp. N27	
FIGUEIREDO, João Pinto de, 1917-1984	BNP Esp. N25	
FONSECA, Luís Falcão da, 1931-	BNP Esp. N68	
FONSECA, Rodrigo da, 1787-1858	BNP Esp. E21	
FONSECA, Tomás da, 1877-1968	BNP Esp. E34	
FRANCA, José-Augusto, 1922-	BNP Esp. N71	
FREIRE, Natércia, 1920-2004	BNP Esp. E48	
G		
GALHOZ, Maria Aliete, 1929-	BNP Esp. N62	
GARRETT, Almeida, 1799-1854	BNP Esp. N8	
GIL, Augusto, 1870-1929	BNP Esp. N44	
GODINHO, Vitorino, 1878-1962	BNP Esp. E47	
GOMES, Alice, 1910-1983	BNP Esp. E10	
GOMES, Manuel Teixeira, 1860-1941	BNP Esp. E46	

GONZÁLEZ, José Carlos , 1937-2000	BNP Esp. N54	
GRANDELA, Francisco , 1852-1934	BNP Esp. N26	
GUIMARÃES, Dórdio , 1938-1997	BNP Esp. D10	
GUIMARÃES, Elina , 1904-1991	BNP Esp. N42	
H		
HATHERLY, Ana , 1929-	BNP Esp. N57	
J		
JORGE, Ricardo , 1858-1939	BNP Esp. E18	
K		
KAMENESKY, Eliezer , 1888-1957	BNP Esp. N43	
L		
LAMAS, Maria , 1893-1983	BNP Esp. E28	
LAVADINHO, Domingos , 1893-1953	BNP Esp. N41	
LEIRIA, Mário Henrique , 1923-1980	BNP Esp. E22	
LISBOA, Irene , 1892-1958	BNP Esp. E24	
LOBO, Costa , 1840-1913	BNP Esp. N29	
LOPES, Norberto , 1900-1989	BNP Esp. N37	
M		
MACEDO, António Augusto Ferreira de , 1887-1959	BNP Esp. E17	
MAÇONARIA PORTUGUESA [1883-1935]	BNP Esp. N47	
MAGALHÃES, Barbosa de , 1879-1959?	BNP Esp. E29	
MAGALHÃES, Luís de , 1859-1935	BNP Esp. E2	
MAGALHÃES, Maia , 1881-1932	BNP Esp. N72	
MARINHO, José , 1904-1975	BNP Esp. E6	
MARTINS, Oliveira , 1845-1894	BNP Esp. E20	
MEDINA, João , 1939-	BNP Esp. N64	
MELO, Pedro Homem de , 1904-1984	BNP Esp. E14	
MENDONÇA, Lopes de, Família [1873-1969]	BNP Esp. N53	
MENESES, Bourbon e , 1890-1948	BNP Esp. N13	
MIGUÉIS, José Rodrigues , 1901-1980		BNP F. R. 132 ¹⁻³⁰
MONTEIRO, Adolfo Casais , 1908-1972	BNP Esp. E15	
MORAIS, Wenceslau de , 1854-1929	BNP Esp. N6	
MOTA, Silveira da , 1836-1907	BNP Esp. N39	
N		
NASCIMENTO, Cabral do , 1897-1977	BNP Esp. N28	
NEGREIROS, Almada , 1893-1970	BNP Esp. N15	
NEGREIROS, Almada , 1893-1970	BNP Esp. D8	
NEMÉSIO, Vitorino , 1901-1978	BNP Esp. E11	

NEMÉSIO TEIXEIRA DE QUEIRÓS, Família [ca 1930-1963]	BNP Esp. N66	
O		
OLIVEIRA, José Osório de , 1900-1964	BNP Esp. N24	
OLIVEIRA, Lopes de , 1881-1971	BNP Esp. E27	
ORNELAS, Aires de , 1866-1930	BNP Esp. N35	
ORTIGÃO, Ramalho , 1836-1915	BNP Esp. E19	
OSÓRIO, Castro, Família [1884-1958]	BNP Esp. N12	
OSÓRIO, João Castro , 1899-1970	BNP Esp. E43	
P		
PALMEIRIM, Luís Augusto , 1825-1893	BNP Esp. N55	
PASCOAIS, Teixeira de , pseud.	BNP Esp. N63	BNP F. 6190 BNP F. 3597
PASCOAIS, Teixeira de , pseud.	BNP Esp. D3	BNP F. 5516 ¹⁻²¹ BNP F.R. 133 ¹⁻³⁹
PEDRO, António , 1909-1966	BNP Esp. E5	
PEREIRA, João Felix , 1822-1891?	BNP Esp. N32	
PESSANHA, Camilo , 1867-1926	BNP Esp. N1	
PESSOA, Fernando , 1888-1935	BNP Esp. E3	BNP F. 5500 ¹⁻¹⁰³ BNP F. 6063-6064
PINA, Mariano e Augusto , 1860-1899 /1872-1938	BNP Esp. N17	
PRIETO, Maria Helena , 1928-	BNP Esp. N59	
PROENÇA, Raul , 1884-1941	BNP Esp. E7	
Q		
QUEIRÓS, Eça de , 1845-1900	BNP Esp. E1	BNP F. 5657 ¹⁻⁹
QUENTAL, Antero de , 1842-1891	BNP Esp. N48	
R		
RÉGIO, José , pseud.		BNP F.R. 763 ¹⁻³¹
REIS, Fernando , 1917-1992	BNP Esp. E33	
REIS, Jaime Batalha , 1847-1935	BNP Esp. E4	
RIBEIRO, Aleixo , 1899-1977	BNP Esp. E8	
RIBEIRO, Álvaro , 1905-1981	BNP Esp. N9	
RIBEIRO, Aquilino , 1885-1963	BNP Esp. D11	
RIBEIRO, Hugo , 1910-1988	BNP Esp. N69	
ROSA, António Ramos , 1924-	BNP Esp. N7	
RUAS, Henrique Barrilero , 1921-2003	BNP Esp. E44	
S		
SAA, Mário , 1893-1971	BNP Esp. D1	BNP F. 1697- 1700
SALEMA, Álvaro , 1914-1991	BNP Esp. N19	
SANTARENO, Bernardo , pseud.	BNP Esp. N21	

SANTOS, João dos , 1913-1987	BNP Esp. D7	
SANTOS, Políbio Gomes dos , 1911-1939	BNP Esp. N52	
SARAMAGO, José , 1922-	BNP Esp. N45	
SEIXAS, Cruzeiro , 1920-	BNP Esp. N38	
SÉRGIO, António , 1883-1969	BNP Esp. N70	
SILVA, Inocêncio Francisco da , 1810-1876	BNP Esp. N30	
SILVEIRA, Pedro da , 1922-2003	BNP Esp. E39	
SIMÕES, João Gaspar , 1903-1987	BNP Esp. E16	
SOUSA, Ernesto de , 1921-1988	BNP Esp. D6	
T		
TRIGUEIROS, Luís Forjaz , 1915-2000	BNP Esp. N36	
V		
VITORINO, Virgínia , 1895- 1967	BNP Esp. N56	
MANUSCRITOS AVULSOS : de A a Z	BNP Esp. A	

ANEXO 2:

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea – Lista topográfica geral

I. ESPÓLIOS

Cota	Autor
BNP Esp. E1 :	Eça de Queirós
BNP Esp. E2 :	Luís de Magalhães
BNP Esp. E3 :	Fernando Pessoa
BNP Esp. E4 :	Jaime Batalha Reis
BNP Esp. E5 :	António Pedro
BNP Esp. E6 :	José Marinho
BNP Esp. E7 :	Raul Proença
BNP Esp. E8 :	Aleixo Ribeiro
BNP Esp. E9 :	José de Bragança
BNP Esp. E10 :	Alice Gomes
BNP Esp. E11 :	Vitorino Nemésio
BNP Esp. E12 :	António Boto
BNP Esp. E13 :	Augusto Silva Carvalho
BNP Esp. E14 :	Pedro Homem de Melo
BNP Esp. E15 :	Adolfo Casais Monteiro
BNP Esp. E16 :	João Gaspar Simões
BNP Esp. E17 :	António A. Ferreira de Macedo
BNP Esp. E18 :	Ricardo Jorge
BNP Esp. E19 :	Ramalho Ortigão
BNP Esp. E20 :	Oliveira Martins
BNP Esp. E21 :	Rodrigo da Fonseca
BNP Esp. E22 :	Mário Henrique Leiria
BNP Esp. E23 :	João José Cochofel
BNP Esp. E24 :	Irene Lisboa
BNP Esp. E25 :	Jaime Cortesão
BNP Esp. E26 :	Pais Abranches
BNP Esp. E27 :	José Lopes de Oliveira
BNP Esp. E28 :	Maria Lamas

BNP Esp. E29 :	Barbosa de Magalhães
BNP Esp. E30 :	Abranches Ferrão
BNP Esp. E31 :	Vergílio Ferreira
BNP Esp. E32 :	Conde de Arnoso
BNP Esp. E33 :	Fernando Reis
BNP Esp. E34 :	Tomás da Fonseca
BNP Esp. E35 :	Rúben A.
BNP Esp. E36 :	Hêrnani Cidade
BNP Esp. E37 :	João Ameal
BNP Esp. E38 :	Alberto Ferreira
BNP Esp. E39 :	Pedro da Silveira
BNP Esp. E40 :	Rómulo de Carvalho
BNP Esp. E41 :	Augusto Abelaira
BNP Esp. E42 :	Maria de Lurdes Belchior
BNP Esp. E43 :	João de Castro Osório
BNP Esp. E44 :	Barrilaro Ruas
BNP Esp. E45 :	Castelo Branco Chaves
BNP Esp. E46 :	Manuel Teixeira Gomes
BNP Esp. E47 :	Vitorino Godinho
BNP Esp. E48 :	Natércia Freire
BNP Esp. E49 :	Al Berto

II. COLECÇÕES

Cota	Autor
BNP Esp. N1 :	Camilo Pessanha
BNP Esp. N2 :	João Palma Ferreira
BNP Esp. N3 :	Mário Cesariny
BNP Esp. N4 :	Gomes da Costa
BNP Esp. N5 :	Luís Amaro
BNP Esp. N6 :	Wenceslau de Moraes
BNP Esp. N7 :	António Ramos Rosa
BNP Esp. N8 :	Almeida Garrett
BNP Esp. N9 :	Álvaro Ribeiro
BNP Esp. N10 :	Florbela Espanca
BNP Esp. N11 :	João de Barros
BNP Esp. N12 :	Castro Osório, Família
BNP Esp. N13 :	Bourbon e Meneses
BNP Esp. N14 :	Gama Barros
BNP Esp. N15 :	Almada Negreiros
BNP Esp. N16 :	Mariano de Carvalho
BNP Esp. N17 :	Mariano e Augusto Pina
BNP Esp. N18 :	José e João Moreira de Almeida
BNP Esp. N19 :	Álvaro Salema
BNP Esp. N20 :	Manuel Vilaverde Cabral
BNP Esp. N21 :	Bernardo Santareno
BNP Esp. N22 :	Sampaio Bruno
BNP Esp. N23 :	Camilo Castelo Branco
BNP Esp. N24 :	José Osório de Oliveira
BNP Esp. N25 :	João Pinto de Figueiredo
BNP Esp. N26 :	Francisco Grandela
BNP Esp. N27 :	Fidelino de Figueiredo
BNP Esp. N28 :	Cabral do Nascimento
BNP Esp. N29 :	Costa Lobo
BNP Esp. N30 :	Inocência Francisco da Silva
BNP Esp. N31 :	Brito Aranha
BNP Esp. N32 :	João Félix Pereira
BNP Esp. N33 :	Francine Benoit
BNP Esp. N34 :	Paiva Couceiro
BNP Esp. N35 :	Aires de Ornelas

BNP Esp. N36 :	Luís Forjaz Trigueiros
BNP Esp. N37 :	Norberto Lopes
BNP Esp. N38 :	Cruzeiro Seixas
BNP Esp. N39 :	Silveira da Mota
BNP Esp. N40 :	José de Almeida Eusébio
BNP Esp. N41 :	Domingos Lavadinho
BNP Esp. N42 :	Elina Guimarães
BNP Esp. N43 :	Eliezer Kamenesky
BNP Esp. N44 :	Augusto Gil
BNP Esp. N45 :	José Saramago
BNP Esp. N46 :	Alfredo Cortês
BNP Esp. N47 :	Maçonaria Portuguesa
BNP Esp. N48 :	Antero de Quental
BNP Esp. N49 :	José Estevão
BNP Esp. N50 :	Mário Sá Carneiro
BNP Esp. N51 :	Margarida Jácome Correia
BNP Esp. N52 :	Políbio Gomes dos Santos
BNP Esp. N53 :	Lopes de Mendonça
BNP Esp. N54 :	José Carlos González
BNP Esp. N55 :	Luís Augusto Palmeirim
BNP Esp. N56 :	Virgínia Vitorino
BNP Esp. N57 :	Ana Hatherly
BNP Esp. N58 :	Alves Correia
BNP Esp. N59 :	Maria Helena Ureña Prieto
BNP Esp. N60 :	Morais Cabral
BNP Esp. N61 :	Arquivo Histórico-Social
BNP Esp. N62 :	Maria Aliete Galhoz
BNP Esp. N63 :	Teixeira de Pascoais
BNP Esp. N64 :	João Medina
BNP Esp. N65 :	Natália Correia
BNP Esp. N66 :	Nemésio Teixeira de Queirós, Família
BNP Esp. N67 :	Arouca, Família
BNP Esp. N68 :	Luís Falcão da Fonseca
BNP Esp. N69 :	Hugo Ribeiro
BNP Esp. N70 :	António Sérgio
BNP Esp. N71 :	José-Augusto França
BNP Esp. N72 :	Maia Magalhães
BNP Esp. N73 :	Fernando Castelo Branco

III. DEPÓSITOS

Cota	Autor
BNP Esp. D1 :	Mário Saa
BNP Esp. D2 :	Raul Brandão
BNP Esp. D3 :	Teixeira de Pascoais
BNP Esp. D4 :	Carlos Malheiro Dias
BNP Esp. D5 :	Augusto Casimiro
BNP Esp. D6 :	Ernesto de Sousa
BNP Esp. D7 :	João dos Santos
BNP Esp. D8 :	Almada Negreiros
BNP Esp. D9 :	Natália Correia
BNP Esp. D10 :	Dórdio Guimarães
BNP Esp. D11 :	Aquilino Ribeiro

IV. AUTÓGRAFOS AVULSOS

Cota	Autor
BNP Esp. A :	Manuscritos Avulsos: de A a Z

V. ACERVOS EM MICROFILME

Cota	Autor
BNP F.R. 132 ¹⁻³⁰ :	José Rodrigues Miguéis
BNP F.R. 763 ¹⁻³¹ :	José Régio

ANEXO 3:

Museu do Neo-Realismo – Coleções

ESPÓLIOS LITERÁRIOS

- Alexandre Babo (1916-2007)
- Alexandre Cabral (1917-1996)
- Álvaro Feijó (1917-1941)
- Alves Redol (1911-1969)
- Antunes da Silva (1921-1997)
- Armindo Rodrigues (1904-1993)
- Arquimedes da Silva Santos (1921)
- Carlos Coutinho (1943)
- Garcez da Silva (1915-2006)
- Faure da Rosa (1912-1985)
- Joaquim Lagoeiro (1918)
- Joaquim Namorado (1914-1986)
- José Ferreira Monte (1922-1985)
- Jorge Reis (1926-2005)
- Júlio Graça (1923-2006)
- Leão Penedo (1916-1976)
- Manuel Campos Lima (1916-1956)
- Manuel da Fonseca (1911-1993)
- Mário Braga (1921)
- Mário Sacramento (1920-1969)
- Orlando da Costa (1929-2006)
- Soeiro Pereira Gomes (1909-1949)

ESPÓLIOS ARTÍSTICOS

- José Dias Coelho (1923-1961)
- Jorge de Oliveira (1924)
- Francisco Castro Rodrigues (1920), arquitecto
- Rui Filipe [Cândido de Figueiredo] (1928- 1997)

ESPÓLIOS EDITORIAIS

- revista Vértice
- jornal O Diabo
- jornal Horizonte
- editora Cosmos

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Luzia Maria Verdasca – Para uma nova arquitectura dos edifícios de arquivo em Portugal. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2010. Tese de mestrado.

BRANDÃO, Raul – **Memórias**. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.

CASTRO, Ivo - A Casa Fechada. Ponta Delgada: Actas do colóquio de homenagem a Vítor Aguiar e Silva (Ponta Delgada, 15 e 16 de Novembro de 2007), 2008, p. 111-120.

CRUZ MUNDET, José Ramón – **Manual de Archivística**. 7ª ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2008.

DUCHEIN, Michel - **Les Bâtiments d'Archives: construction et équipements**. Paris: Archives de France, 1985.

FLIEDER, Françoise; DUCHEIN, Michel - **Livros e Documentos de Arquivo: Preservação e Conservação**. Lisboa: APBAD, 1993.

GEORGE, João Pedro - **O Meio Literário Português**. Algés: Difel, 2002.

MCGANN, Jerome - Our Textual History. The Times Literary Supplement. (20 Nov. 2009).

MENDES, Maria Valentina C. A. Sul, coord. - **Tesouros da Biblioteca Nacional**. Lisboa: INAPA, 1992.

MÓNICA, Maria Filomena - Reflexões acerca de arquivos de famílias. In HENRIQUES, Maria de Lurdes, coord. - **Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004, p. 169-172.

NABAIS, José Casalta - **Introdução ao Direito do Património Cultural**. 2.^a ed. Coimbra: Almedina, 2010.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - Programa-tipo de construção/reconstrução para Arquivos. **Separata de Cadernos de Estudos Municipais**. Braga, N.º 9 (1998).

PLUMMER, Ken - **Los Documentos Personales**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1989. Tradução de: Documents of life. An introduction to the problems and literature of a humanistic method.

OLIVEIRA, António Braz de; LOPES, Fátima, coord. - **Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea: um Guia**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal - **As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea**. Luiz Fagundes Duarte, org. António Braz de Oliveira, org. Fátima Lopes, coord. Lisboa: BNP, 2007.

RIDER, Fremont - **The Scholar and the Future of the Research Library**. New York: Hodham Press, 1944.

RIOS, Otávio - Pelos Caminhos da Memória: Arquivos de Escritores e Recepção de Textos Literários. **Todas as Letras**. São Paulo, Vol. 10, N.º 1 (2008) p. 44-50.

ROSA, Maria de Lurdes – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). **Revista de Historia da Sociedade e da Cultura**. Coimbra, N.º 9 (2009) p. 9-42.

RUNA, Lucília - Arquivos de personalidades políticas no IAN/TT. In HENRIQUES, Maria de Lurdes, coord. - **Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004, p. 147-150.

SANTOS, David, coord. - **Batalha pelo conteúdo: Movimento neo-realista português: Exposição documental**. Vila Franca de Xira: C.M./ Museu do Neo-Realismo, 2007.

SANTOS, David, coord. - **Ilustração e literatura neo-realista**. Vila Franca de Xira: C.M./ Museu do Neo-Realismo, 2008.

SANTOS, David, coord. - **Manuel da Fonseca: Por todas as estradas do mundo.** Vila Franca de Xira: C.M./ Museu do Neo-Realismo [etc.], 2011.

ZWEIG, Stefan - **O Mundo de Ontem: Recordações de um europeu.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.